



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

EDITAL

PROCESSO Nº 3.124/2024

OBJETO: Contratação de empresa para outorga de concessão para os Serviços de Transporte Coletivo Rodoviário Municipal de Passageiros no município de Pinheiro – MA.

ÓRGÃO LICITADOR: Prefeitura Municipal de Pinheiro

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 21/06/2024

HORA: 10h:00min

LOCAL: www.gov.br/compras

AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Maria Eugenia Araújo Amorim



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

EDITAL

PROCESSO Nº 3.124/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO, inscrita no CNPJ sob nº 06.200.745/0001-80, sediada na Praça José Sarney, nº 560, Centro, Pinheiro - MA, através de sua COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, instituída e nomeada pela Portaria nº 105/2024-SEMGOV, assinada em 01/03/2024, neste ato denominada COMISSÃO, torna público que, às 10 horas do dia 21 de junho de 2024, realizará LICITAÇÃO, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO DA TARIFA** combinado com **MELHOR TÉCNICA**, para **Contratação de empresa para outorga de concessão para os Serviços de Transporte Coletivo Rodoviário Municipal de Passageiros no município de Pinheiro – MA**, no regime de concessão de serviço público previsto na alínea II do artigo 2º da Lei 8.987/95, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Federal nº 8.987, 13 de fevereiro de 1995, Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, Lei Municipal nº 2.889, de 15 de março de 2023, bem como pela Lei Orgânica do Município, dentre outras normas que disciplinam a matéria, aplicando-se também os procedimentos determinados pela Lei Complementar 123/2006 atendidas as especificações e formalidades seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para outorga de concessão para os Serviços de Transporte Coletivo Rodoviário Municipal de Passageiros no município de Pinheiro – MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital.

2.8. Não poderão participar desta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 3.55 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

4. OBJETO

4.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para tendo por objeto a **Contratação de empresa para outorga de concessão para os Serviços de Transporte Coletivo Rodoviário Municipal de Passageiros no município de Pinheiro – MA**, conforme especificações constantes no **Projeto Básico** (Anexo I), parte integrante deste Edital.

4.2 O prazo da CONCESSÃO será de 30 (trinta) anos, contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, podendo ser renovado, a exclusivo critério do PODER CONCEDENTE, observados os termos e condições previstos na cláusula contratual e na legislação.

4.2.1. Após a assinatura do Contrato de Concessão, a **outorga de concessão para os Serviços de Transporte Coletivo Rodoviário Municipal de Passageiros no município de Pinheiro – MA**, deverá ser iniciada em até 60 (sessenta) dias consecutivos, mediante disponibilização integral da frota e de todos os equipamentos necessários, bem como alocação dos recursos humanos, cumprindo-se todas as especificações estabelecidas no **Projeto Básico** (Anexo I) e seus anexos.

4.3. O valor estimado da Contrato de Concessão é de R\$ 115.344.000,00 (cento e quinze milhões, trezentos e quarenta e quatro mil reais), considerando o prazo de vigência da Concessão de 30 (trinta) anos. O referido valor corresponde à receita prevista para o Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros em Pinheiro/MA, considerando a tarifa pública média de referência de R\$ 4,50 (quatro e cinquenta), quantitativo médio de passageiros transportados / mês de 97.900 (noventa e sete mil e novecentos), conforme cálculos explicados no **Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros(Anexo I.I)**.

4.4. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preço da tarifa pública superior ao limite ora estabelecido.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As formas de complementação tarifária estão previstas no art. 40 e 41 da Lei Municipal nº 2.889, de 15 de março de 2023, sendo que eventuais subsídios serão custeados com recursos do Município de Pinheiro, com previsão nas leis orçamentárias.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. A título de habilitação no certame, os licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar a seguinte documentação:

7.1.1. Habilitação Jurídica:

7.1.1.1. **Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de empresário individual.

7.1.1.2. **Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores;

7.1.1.3. **Ato Constitutivo** devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

7.1.1.4. **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.1.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.1.2.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, juntamente com o quadro de sócios e administradores, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, atualizada até 30 (trinta) dias.

7.1.2.2. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade perante a Fazenda Pública Federal.

7.1.2.3. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, exceto para àquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços.

7.1.2.4. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual, exceto para àquelas empresas que tem a sua Atividade Comercial exclusivamente de Prestação de Serviços.

7.1.2.5. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.

7.1.2.6. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede da empresa licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.

7.1.2.7. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

7.1.2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa a débitos trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

7.1.2.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.1.3. Qualificação Técnica:

7.1.3.1. **Declaração de Indicação do Responsável Técnico** que irá acompanhar a execução dos serviços, onde deverá constar o nome completo, RG, CPF, profissão, endereço residencial.

7.1.3.1.1. A comprovação do vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante ou mediante certidão do Conselho de Classe devidamente atualizada ou Contrato de Trabalho, em que conste o profissional como responsável técnico, ou ainda, de declaração de contratação



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

7.1.3.1.2. Quando se tratar de sócio do licitante, tal comprovação será feita através do Ato Constitutivo da empresa ou Certidão do Conselho de Classe, devidamente atualizados;

7.1.3.1.3. É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de um licitante, fato este que inabilitará todas as envolvidas.

7.1.3.2. Qualificação Técnico-Operacional – comprovação de aptidão de desempenho técnico de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta Concorrência, mediante apresentação de ATESTADO emitido em nome do licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público, pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, apto a comprovar o desempenho da prestação de serviço público de transporte público coletivo de passageiros, em linhas regulares, com veículos tipo ônibus, que atenda(m) aos seguintes quantitativos:

I. operação de SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS, com tecnologia de Sistema de Bilhetagem Automática e Sistema Complementar de Operação, por no mínimo 01 (um) ano, com pelo menos 50% (cinquenta por cento) do número de passageiros médios mensais estimados.

II. operação de SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS com pelo menos 50% (cinquenta por cento) do número de ônibus exigidos para a frota inicial.

7.1.3.2.1. O conjunto dos serviços prestados deverá ser exclusivamente em TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS por meio de ônibus.

7.1.3.2.2. Os atestados poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.

7.1.3.2.3. Não serão considerados quaisquer atestados emitidos por empresas que sejam controladas, coligadas, interligadas ou subsidiárias entre si.

7.1.3.2.4. Para o atendimento dos quantitativos mínimos, estabelecidos para os itens de maior relevância, **não será permitido o somatório de atestados.**

7.1.3.3. **Atestado de Vistoria** emitido pela Prefeitura de Pinheiro ou **Declaração de Pleno Conhecimento do Local e das Condições dos Serviços** (Modelo Anexo III).

7.1.3.3.1. A empresa interessada poderá realizar VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA nas instalações e locais de execução dos serviços, com o objetivo de conhecer as condições e peculiaridades do objeto a ser contratado e para o correto dimensionamento e elaboração de sua Proposta Técnica e de Preços.

7.1.3.5.2. A visita técnica será acompanhada por servidor designado para este fim, em dia útil e horário comercial, devendo o agendamento ser efetuado previamente por meio do e-mail cpl1-pineiro@outlook.com.

7.1.3.5.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura dos envelopes.

7.1.3.5.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes às empresas interessadas em realizar a vistoria.

7.1.3.5.5. Todas as despesas decorrentes dessa vistoria deverão ser custeadas exclusivamente pela empresa.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

7.1.3.5.6. As empresas deverão designar um representante para realizar a vistoria, que deverá comparecer no dia e horário agendado, portando documento de identidade civil com foto.

7.1.3.5.7. A não realização da vistoria técnica não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das condições reais das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o licitante vencedor assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.1.3.5.8. Caso a vistoria técnica não seja realizada é obrigatória a apresentação da Declaração de Pleno Conhecimento do Local e das Condições dos Serviços (Modelo Anexo III).

7.1.3.5.9. Os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas.

7.1.4. Qualificação Econômico-Financeira:

7.1.4.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, a mesma deverá ter sido expedida até 30 (trinta) dias antes da data da abertura do certame.

7.1.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

7.1.4.2.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

7.1.4.2.2. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento.

7.1.4.2.3. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de **Liquidez Geral (LG)** e **Solvência Geral (SG)**, que deverão ser maiores do que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta "online", no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

7.1.4.2.4. O licitante que apresentar os índices de Liquidez Geral ou de Solvência Geral iguais ou inferiores a 1 (um) deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado do primeiro ano da concessão.

7.2. Todos os licitantes, credenciados ou não no Sistema de Cadastro da Prefeitura Municipal de Pinheiro, deverão apresentar, ainda, no envelope nº 1:

7.3. **Declaração Conjunta** (modelo Anexo V) que constará:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

- a) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/21;
- b) Declaração de enquadramento do licitante como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006;
- c) Declaração de inexistência de fato impeditivo de licitar;
- d) Declaração pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.

7.3.1. As ME/EPP que optarem por usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 128, de 2006, deverão comprovar a declaração do item anterior mediante certidão expedida pela Junta Comercial.

7.3.2. As ME/EPP deverão apresentar todos os documentos de habilitação exigidos neste Edital, inclusive a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.4. Os documentos para habitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.5. A validade dos documentos será a neles expressa, ou estabelecida em lei, admitindo-se como válidos, no caso de omissão, aqueles emitidos até 30 (trinta) dias da sua apresentação.

7.6. O licitante que deixar de apresentar os documentos exigidos neste Edital ou apresentá-los em desconformidade com os termos e condições determinados neste Edital será declarada inabilitada na licitação.

8. DA GARANTIA DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

8.1. A empresa participante deverá oferecer a título de garantia de manutenção da proposta, conforme o Art. 58, § 1º, da Lei nº 14.133/21, a importância de R\$ 38.448,00 (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito reais), correspondente a 1% do valor estimado para o 1º ano de prestação dos serviços.

8.2. O licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

8.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

8.2.2. Seguro-garantia;

8.2.3. Fiança bancária.

8.3. **O comprovante de garantia de manutenção da proposta deverá ser apresentado no ato de abertura da sessão pública**, juntamente com os Envelopes nº 01, 02 e 03, do seguinte modo:

8.3.1. No caso de opção pela "Caução em dinheiro", esta deverá ser efetuada através de depósito em banco na Agência nº 0566-5, Conta-Corrente nº 22.283-6, Banco do Brasil S/A ou através da Tesouraria desta Prefeitura Municipal. Se empresa licitante efetuar o depósito em banco, deverá apresentar o comprovante do depósito.



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

8.3.2. No caso de opção pelo "Título da Dívida Pública", este deverá estar acompanhado de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual esta informará sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização e condições de resgate.

8.3.3. No caso da opção pelo "Seguro Garantia" o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País e em nome da Prefeitura Municipal de Pinheiro. Deverá a apólice conter expressamente cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

8.2.4. No caso de fiança bancária, esta deverá ser, a critério do licitante, fornecida por um banco localizado no Brasil, pelo prazo da duração do contrato. Deverá a carta de fiança bancária conter cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

8.3. A garantia de manutenção da proposta terá o prazo de validade de no mínimo 90 (noventa) dias corridos, contado a partir da data da sessão de abertura desta Concorrência, considerando o tempo estimado para concluir a licitação do tipo técnica e preço.

8.4. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta e/ou prazo de validade da Garantia de Manutenção da Proposta (Fiança Bancária ou Seguro Garantia), a Comissão Central de Licitação poderá solicitar as empresas licitantes para revalidar por igual período, ambos os documentos sob pena de ser declarado desistente do feito licitatório. Nesse caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar as prorrogações solicitadas. Entretanto, no caso de concordância, serão mantidas todas as condições da proposta de preços apresentada.

8.5. A garantia de manutenção da proposta, será liberada para as empresas licitantes no prazo de 5 (cinco) dias úteis após esgotada a fase de julgamento das propostas de preços, exceto para a empresa vencedora, onde esta será liberada após a assinatura do Contrato.

9. DA PROPOSTA TÉCNICA – ENVELOPE Nº 02

9.1. Conforme parâmetros e quadros de pontuação estabelecidos no Projeto Básico (Anexo I), o licitante deverá apresentar PROPOSTA TÉCNICA (Envelope nº 03) contendo:

- a) Conhecimento Geral dos Problemas;
- b) Demonstração da Experiência do Licitante (Porte do Transporte Público Coletivo de Passageiros operado);
- c) Demonstração da Experiência do Licitante (Tempo de Experiência de Atuação no Segmento);
- d) Plano de Operação do TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO em Pinheiro.

9.2. O Plano de Operação do TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO deverá conter a metodologia de execução dos serviços, com detalhamento dos procedimentos dos sistemas e métodos para cada uma das **áreas de atividade** objeto da contratação pretendida, por meio de projeto ou descritivo, quais sejam:

- I. Plano de Circulação da frota, através da Programação Operacional das Linhas
- II. Plano de Segurança e Monitoramento via GPS da Frota Operacional
- III. Plano de Acessibilidade;
- IV. SCO – Sistema Complementar de Operação, indicando as tecnologias embarcadas;
- V. Sistema de Informação aos Usuários por meio de aplicativo de smartphone;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

VI. Sistema de bilhetagem automática – SBA sistema de reconhecimento facial

9.3. A Comissão Central de Licitação poderá efetuar diligência para comprovar a origem e conteúdo dos atestados apresentados e/ou veracidade das informações contidas nos documentos.

9.4. A PROPOSTA TÉCNICA deverá ser formulada de acordo com as instruções constantes no Projeto Básico, sob pena de desclassificação do licitante.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE Nº 03

10.1. A **Proposta de Preços** deverá ser apresentada em 01 (uma) via, numerada sequencialmente e sem rasuras ou entrelinhas, datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante da empresa, em papel timbrado, devendo conter:

- a) Razão social do licitante, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail);
- b) Nome completo do responsável pela assinatura do Contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;
- c) **Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira da Concessão**, que demonstre a viabilidade da tarifa ofertada, com o seguinte conteúdo mínimo:
 - c.1) descrição detalhada da metodologia adotada no Estudo;
 - c.2) hipóteses assumidas para as projeções dos insumos de cálculo dos custos/despesas e receitas e os critérios econômicos utilizados;
 - c.3) estrutura de receitas e custo da operação do Transporte Coletivo;
 - c.4) Taxa Interna de Retorno – TIR, Valor Presente Líquido – VPL
 - c.5) detalhamento dos investimentos prudentes, referentes às obras de modernização e de fornecimento de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação e de monitoramento;
- d) **Preço da tarifa do serviço**, em Real (R\$), em algarismo e por extenso, com no máximo dois algarismos após a vírgula, esclarecendo que o mesmo se refere ao mês de apresentação da Proposta, com expressa indicação do percentual de desconto ofertado para o complemento máximo previsto no Projeto Básico;
- e) **Prazo de exploração da concessão**: 30 (trinta) anos, contado a partir da assinatura do Contrato de Concessão;
- f) **Prazo de validade da Proposta**: 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

10.2. As licitantes que ofertarem tarifa pública com valor superior a R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) ou tarifa de remuneração superior a R\$ 6,41 (seis reais e quarenta e um centavos) serão desclassificadas. Os cálculos pertinentes a este valor limite está demonstrado no **Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros** (Anexo I do PB).

10.3. Não serão consideradas as propostas apresentadas fora do prazo, bem como aquelas que contiverem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas em suas partes essenciais, de modo a ensejar dubiedade, principalmente em relação a valores.

10.4. Não serão admitidas propostas que apresentem preço global ou preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

10.7.1. Nos casos de propostas manifestamente inexecutáveis, será facultado à licitante, antes da sua recusa, o prazo de 2 (dois) dias úteis para comprovar a viabilidade dos



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 59, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.8. No valor da tarifa deverão estar incluídos todos os custos e despesas, inclusive os de mão-de-obra, materiais, veículos e equipamentos necessários, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas acessórias e necessárias não especificadas neste Edital, relativas ao objeto da licitação.

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

11.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão de Contratação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

11.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

11.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação, à proposta técnica ou à proposta de preços apresentadas.

11.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

11.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

11.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, a Comissão de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>).

11.4.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.4.2. Constatada a existência de sanção, a Comissão de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.5. Não ocorrendo a inabilitação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório.



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

11.5.1. Caso a Comissão Central de Licitação julgue conveniente poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta Técnica e nº 03 – Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

11.6. Ao licitante inabilitado serão devolvidos os respectivos Envelopes nº 02 e nº 03, sem serem abertos, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

11.7. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 contendo as Propostas Técnicas serão abertos na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

11.8. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas técnicas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11.9. As propostas técnicas dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Edital, observados os critérios e pontuações atribuídas para cada parâmetro de avaliação.

11.10. Considerando a necessidade de análise mais detida das propostas técnicas, a Comissão Central de Licitação poderá suspender a reunião e agendar sua reabertura para outra oportunidade, sendo que a nova data e horário deverão ser informados aos licitantes. Nessa hipótese, os Envelopes nº 03 – Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de julgamento das propostas técnicas.

11.11. Após o procedimento de verificação das propostas técnicas, os Envelopes nº 03 contendo as Propostas de Preços serão abertos em sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

11.12. As propostas de preços dos licitantes serão julgadas conforme item próprio deste Edital.

11.13. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Contratação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

11.14. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

11.15. Será considerado inabilitado o licitante que:

11.15.1. Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do SICAF, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

11.15.2. Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

11.16. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa e empresa de pequeno porte, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após solicitação da Comissão de Contratação, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

11.17. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.18. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

12.1. Após a conclusão da **FASE DE HABILITAÇÃO**, a Comissão de Licitação abrirá os **Envelopes nº 02** em sessão pública, sendo que as Propostas Técnicas deverão ser rubricadas pelas licitantes presentes e pelos membros da Comissão de Licitação.

12.2. As propostas técnicas serão analisadas por Comissão Técnica de Julgamento que será especialmente designada para avaliar o mérito dos documentos e informações prestadas, bem como julgar a capacidade técnica, econômica e financeira de cada proponente, sua classificação técnica e final, e a exequibilidade das propostas apresentadas, podendo solicitar pareceres técnicos da área interessada, para auxiliar o julgamento.

12.3. As Propostas Técnicas que estiverem de acordo com os critérios e especificações pré-estabelecidos neste Edital serão analisadas, podendo a Comissão Técnica de Julgamento convocar as licitantes para esclarecimentos de qualquer natureza, que venham facilitar o entendimento da mesma na fase de julgamento.

12.4. Na análise das Propostas Técnicas serão observados os parâmetros de julgamento abaixo:

- a) Conhecimento Geral dos Problemas;
- b) Plano de Operação do Transporte Público Coletivo e Passageiros para o Município de Pinheiro.
- c) Demonstração da Experiência da Licitante (Porte do Transporte Público Coletivo de Passageiros operado);
- d) Demonstração da Experiência da Licitante (Tempo de Experiência de Atuação no Segmento);

12.5. Para efeito do julgamento, a Comissão Técnica de Julgamento irá analisar cada Proposta Técnica e também compará-las entre si, atribuir as notas conforme as Tabelas de pontuação estabelecidas no Projeto Básico. As notas poderão variar de **0,0 (zero)** a **100,0 (cem)** pontos, com precisão de 01 casa decimal.

12.6. Serão desclassificadas as Propostas Técnicas que obtiverem NOTA ZERO em qualquer um dos 4 (quatro) parâmetros de julgamento.

12.7. Para o atendimento dos quantitativos mínimos, não será permitido o somatório de atestados.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

12.8. As licitantes serão classificadas por ordem decrescente do Índice de Pontuação Técnica (IPT), que será apurado mediante aplicação a seguinte fórmula:

$$\text{IPT} = \text{Parâmetro 1} + \text{Parâmetro 2} + \text{Parâmetro 3} + \text{Parâmetro 4}$$

12.9. A Comissão Técnica de Julgamento deverá apresentar Relatório pertinente ao julgamento das Propostas Técnicas, indicando a pontuação para cada parâmetro e o Quadro de Pontuação Final, contendo a ordem de classificação das licitantes e seus respectivos IPT.

12.10. A Comissão Central de Licitação proclamará o resultado de classificação desta fase por meio do Aviso de Julgamento das Propostas Técnicas, que deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

12.11. Decorrido o prazo recursal, será convocada nova sessão para a abertura dos **Envelopes nº 02 - Propostas de Preço**. Os **Envelopes nº 03** das licitantes não classificadas serão devolvidos devidamente fechados nessa mesma oportunidade. Nessa sessão será lavrada ata circunstanciada a qual será assinada pelos membros da Comissão Central de Licitação e pelos licitantes presentes.

13. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E RESULTADO FINAL

13.1. No dia e hora determinados, no mesmo local constante do preâmbulo deste Edital, a Comissão Central de Licitação procederá à abertura do Envelope nº 02 das empresas classificadas.

13.2. A Comissão Técnica de Julgamento deverá analisar as Propostas de Preços em conformidade com os requisitos fixados no Projeto Básico.

13.3. A Comissão poderá realizar diligências ou requisitar informações, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre a Proposta sem implicar a modificação de seu teor ou a inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente na Proposta.

13.4. Verificando-se discordância entre o preço unitário e o total, prevalecerá o primeiro, sendo corrigido o preço total, ocorrendo divergência entre valores numéricos e os por extenso, prevalecerão os últimos. Se o licitante não aceitar a correção de tais erros, sua Proposta será desclassificada.

13.5. Serão desclassificadas as Propostas de Preços que:

- a) não atendam aos requisitos deste instrumento convocatório;
- b) apresentem preços simbólicos, de valor zero, superestimados ou manifestamente inexequíveis, incompatíveis com os preços e insumos de mercado, assim considerados nos termos do disposto na Lei Federal 14.133/21;
- c) apresentarem tarifa pública superior ao valor de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos), ou tarifa de remuneração superior a R\$ 6,41 (seis reais e quarenta e um centavos), ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;
- d) não justificarem os índices adotados, compatíveis com a proposta apresentada;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

e) apresentarem preços baseados em outras propostas, inclusive com o oferecimento de redução sobre a de valor menor.

13.6. Quando todas as Propostas de Preços forem desclassificadas a Comissão Central de Licitação poderá fixar-lhes prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

13.7. A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má fé, que não afete o conteúdo ou a idoneidade da Proposta, não será causa de desclassificação.

13.8. As propostas serão classificadas com base na pontuação obtida através da seguinte relação:

$$CFP = 0,70 \times IPT + 0,30 \times IPP$$

onde:

CFP = *Classificação Final das Propostas*

IPT = Índice de Pontuação Técnica (IPT) calculado

IPP = Índice de Proposta de Preços

0,70 = Fator de ponderação do Índice de Pontuação Técnica (IPT)

0,30 = Fator de ponderação do Índice de Proposta de Preço (IPP)

13.9. Para o cálculo da *Classificação Final das Propostas* (CFP), a aproximação será feita até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais frações.

13.10. As propostas serão classificadas pela ordem decrescente obtida na Pontuação Final.

13.11. Ocorrendo empate entre duas ou mais propostas na *Classificação Final das Propostas* (CFP) o critério de desempate será ao que se refere o disposto no art. 60º, da Lei Federal nº 14.133/2021,

13.12. O desempate será realizado em sessão pública, da qual será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão Central de Licitação e pelos licitantes presentes.

13.13. A Comissão Central de Licitação proclamará o resultado final da licitação, iniciando-se a partir da data da publicação o prazo recursal será de 3 (três) dias úteis como previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

13.14. Decorrido o prazo recursal, a Comissão Central de Licitação adjudicará o objeto da licitação a vencedora do certame, submetendo tal decisão para decisão quanto à homologação e contratação.

13.15. Previamente a Homologação, o processo será avaliado pela Controladoria Geral do Município será verificado eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao Sistema de Cadastro Próprio da PMP/MA, podendo vir a consultar outros cadastros, a exemplo de:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/pls/apex/f?p=2046:5>).

13.15.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.15.2. Constatada a existência de sanção, a Controladoria Geral do Município recomendará a repetição do procedimento licitatório e a punição (em processo apartado) do licitante que descumpriu sua declaração de fato impeditivo de participar da licitação.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 165, da Lei 14.133, de 2021.

14.2. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

14.3. O recurso da decisão que habilitar ou inabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados diretamente à Comissão de Licitação instalada no endereço: sala da Comissão Central de licitação, localizada na Praça José Sarney, nº 560, Centro, Pinheiro - MA.

14.5. O recurso será dirigido à Prefeitura Municipal de Pinheiro, por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Após a homologação do resultado da presente licitação, o Adjudicatário será notificado para retirar a Nota de Empenho e assinar o Contrato Administrativo, observado o prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da Notificação.

15.1.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato de Concessão, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05(cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.2. Quando a proponente vencedora não apresentar situação regular no ato de assinatura do Contrato, recusar-se a retirar a Nota de Empenho e a assinar o Contrato no



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

prazo e nas condições estabelecidas, é facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, se não preferir proceder nova licitação, consoante determina o art. 90, da Lei Federal nº 14.133/2021, independentemente da aplicação das sanções previstas neste Edital.

15.3. A recusa injustificada da licitante vencedora em retirar a Nota de Empenho e assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

16. DAS FONTES DE RECEITA, REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE TARIFAS

16.1. As normas, prazos e condições pertinentes às fontes de receita da concessão, ao reajuste e revisão de tarifas estão fixadas no Projeto Básico (Anexo I) e deverão ser adequadas de acordo com o Plano de Operação do Transporte Público Coletivo e Passageiros para o Município de Pinheiro.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Será permitida a subcontratação dos serviços referentes às funções de operação, desde que parcial, e haja prévia aceitação do Concedente.

18. DA TRANSFERÊNCIA

18.1. A transferência do Contrato de Concessão deverá cumprir todas as determinações legais e dependerá de prévia anuência do Concedente.

18.2. Para obter a anuência do Concedente, o pretendente deverá:

- a) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e
- b) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas contratuais, bem como as estipuladas pelo Edital e Contrato.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 a CONCESSIONÁRIA que deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta.

19.2. A CONCESSIONÁRIA poderá ser sancionada com as seguintes multas moratórias, considerando as obrigações e documentos exigidos no Projeto Básico (Anexo I):

- a) multa de 0,01% (um centésimo por cento) ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso na entrega do PLANO DE OPERAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS para aprovação pelo Poder Concedente, que deverá ser elaborado com base na Proposta Técnica apresentada na licitação;
- b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso no início da operação dos serviços;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

c) multa de 0,01% (um centésimo por cento) ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso no refazimento ou correção dos serviços impugnados, conforme prazos, termos e condições fixados pela Comissão de Fiscalização e aprovados da Equipe de Gestão do Contrato;

d) multa de 0,01% (um centésimo por cento) ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso na entrega do RELATÓRIO MENSAL, observado o prazo de até o 5º dia útil do mês subsequente;

e) multa de 0,01% (um centésimo por cento) ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso na entrega do RELATÓRIO TRIMESTRAL, observado o prazo de até o 5º dia útil do mês subsequente ao referido trimestre;

f) multa de 0,01% (um centésimo por cento) ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso na entrega do RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS, observado o prazo de até 25 de janeiro do ano subsequente.

19.3. Além das multas moratórias a que se refere o item anterior, poderão ser aplicadas as seguintes sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, ainda, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar:

a) advertência escrita;

b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;

c) suspensão temporária de participar em licitação e assinar contratos com o Município de Pinheiro, pelo prazo de até 02 (dois) anos, a critério da autoridade competente, segundo a natureza e gravidade da falta e/ou penalidades anteriores em caso de reincidência;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

19.4. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

19.5. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

19.6. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

19.7. A Concessionária também fica sujeita às infrações do art. 155, da Lei 14133, 2021, quando:

19.7.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.7.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.7.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14133, de 2021.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

19.10.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Pinheiro.

19.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

20. DA IMPUGNAÇÃO

20.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder abertura dos envelopes com as propostas, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

20.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

20.3. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, no que se trata artigo 164 Lei nº 14.133, de 2021,

20.4. A impugnação poderá ser realizada por petição protocolada no endereço da Comissão Central de Licitação da Prefeitura Municipal de Pinheiro - MA.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas

21.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

21.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

21.7. E facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

21.8. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

21.12. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei n. 14.133, de 2021, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

21.12. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Pinheiro - MA, com exclusão de qualquer outro.

21.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Projeto Básico e Apensos.

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO III – Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento do Local e Condições dos Serviços;

ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO V - Modelo de Declaração Conjunta;

ANEXO VI - Modelo de Carta Credencial.

Pinheiro – MA, 29 de maio de 2024.



Leandro Jose Serra Cantanhede
Secretario Municipal de Administração, Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

PROCESSO Nº 3.124/2024

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

Execução e prestação dos serviços do Transporte Público Coletivo de Passageiros em Pinheiro/MA, para atender a demanda e necessidade da população municipal, mediante a Concessão de Serviço Público, observados os princípios e preceitos legais pertinentes às licitações, especialmente os da Lei Federal nº 14.133/21, da Lei Federal nº 8987/95 e da Lei Municipal nº 2.889/23, atualizada pela lei nº 2.923/23, bem como, as condições e especificações contidas no edital e seus anexos, no que for pertinente.

2. JUSTIFICATIVA

A administração do TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS EM PINHEIRO - MA, será da responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Habitação, assim como, a gestão da qualidade dos serviços prestados aos usuários do transporte coletivo.

Constituem objetivos primordiais do sistema de transporte coletivo:

Proporcionar serviços de qualidade para embarque e desembarque de veículos destinados ao transporte coletivo;

Criar e manter infraestrutura de serviços para atendimento aos passageiros;

Garantir condições de segurança, higiene e conforto aos usuários do transporte coletivo;

A qualidade de serviços em qualquer segmento empresarial deve ser planejada e ter as ações de melhoria contínua. Neste intuito, a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Habitação tem a necessidade de buscar e garantir níveis de qualidade na prestação de serviços a serem desenvolvidos pelo sistema de transporte coletivo.

Logo, após avaliação do sistema, a Administração Pública concluiu que a concessão para que o Transporte Público Coletivo de Passageiros em Pinheiro seja feito por terceiros será a melhor opção. Tal conclusão decorre da necessidade de que o terceirizado possua todo o conhecimento e experiência necessários a este trabalho, pessoal qualificado, equipe disponível e à disposição para operação do sistema, especialistas em transporte coletivo, atendimento e comunicação com públicos diversos e usuários do sistema.

Conclui-se, assim, que a operação do sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros em Pinheiro/MA será melhor executada através de uma empresa especializada na gestão operacional, comercial, administrativa e financeira de tais serviços.

A Lei Federal nº 8.987/95 de Concessão de Serviços Públicos, com base no artigo 175 da Constituição Federal, cria um conjunto de regras uniformes e organizadas para a concessão para prestação de serviços públicos. Estabelece que, através de contrato, os capitais privados prestarão esses serviços em nome do Estado, explorando bens que,



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

ao final de um período, reverterão ao poder público, tendo em vista que empresas privadas podem operar o Transporte Público Coletivo de Passageiros com eficiência, com procedimentos constantes, com qualidade de baixo custo, o que garante a prestação de um serviço adequado à população.

3. SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS EM PINHEIRO

Em ANEXO a este PROJETO BÁSICO segue documento com o título "ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS MUNICIPAL DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO". Neste documento são apresentadas vastas informações sobre o sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros e a sua viabilidade técnica e econômica.

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO E PRAZO DA CONCESSÃO

A licitação deverá ser realizada na modalidade de Concorrência Pública, julgada pelo critério de menor valor da tarifa e maior pontuação da Proposta, conforme art. 15, inciso III, da Lei nº 8.987/95, para contratar, mediante concessão remunerada, tendo como objeto a Concessão de Serviço Público.

O objeto da licitação será fazer a concessão para o TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS EM PINHEIRO-MA, executada exclusivamente pela contratada, fornecimento de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação e operação do Transporte Público Coletivo de Passageiros em Pinheiro - MA.

O prazo da concessão será de 30 (trinta) anos a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis por igual período, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.889/23.

5. CARACTERÍSTICAS GERAIS

Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações técnicas e operacionais previstos na Lei Municipal nº 2.889, de 15 de março de 2023, e sua atualização Lei Municipal nº 2.923.

A CONCESSIONÁRIA terá como atividades a administração, operação, manutenção e exploração do TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS EM PINHEIRO - MA.

A CONCESSIONÁRIA deverá prestar um serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários. Entende-se por serviço adequado, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. Atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos, das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão dos serviços.

As informações necessárias para elaboração da Proposta Técnica, assim como os requisitos a serem seguidos pela CONCESSIONÁRIA para execução do objeto desse certame deverão constar no PLANO DE OPERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS EM PINHEIRO. Este Plano deverá ser revisado anualmente, elaborado pela CONCESSIONÁRIA e aprovado pelo Poder Concedente.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Para colocar em funcionamento o sistema de TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS EM PINHEIRO, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar aquisição de veículos, contratar equipes, instalar equipamentos, sistemas e infraestrutura adequada para o seu uso, inclusive no critério de priorizar a proximidade da garagem de manutenção de veículo próximo ao ponto final do itinerário conforme Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do Sistema de Transporte Coletivo.

A concessionária possuirá exclusividade na gestão, manutenção e operação do serviço concessionado em Pinheiro.

A CONCESSIONÁRIA se obriga a executar os serviços objeto do contrato de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, bem como com rigorosa observância as ordens advindas do Poder Concedente, e as demais ordens e legislações vigentes.

A CONCESSIONÁRIA deverá estudar e implementar modificações operacionais, administrativas, bem como as obras para melhoria, ou quaisquer outras intervenções, que aumentem a qualidade dos serviços prestados no Transporte Público Coletivo de Passageiros em Pinheiro e encaminhados para análise e aprovação do Poder Concedente.

Durante os 12 (doze) primeiros meses da prestação do serviço de transporte coletivo, a CONCESSIONÁRIA utilizará exclusivamente veículos do tipo ônibus. Decorridos os 12 (doze) meses, se a CONCESSIONÁRIA constatar a viabilidade da utilização dos veículos do tipo micro-ônibus, esta deverá expor e comprovar, através de estudos e levantamentos, dados e elementos probatórios suficientes, que atestem e demonstrem, a necessidade e possibilidade de sua utilização, ficando a critério da CONCEDENTE o aceite (ou recusa) da utilização de micro-ônibus no município.

6. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Para se habilitarem a este certame, as Licitantes deverão apresentar os documentos elencados no Edital, em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021.

O presente Projeto Básico irá se limitar a definir os documentos relacionados à qualificação técnica, a saber:

Declaração de Indicação do Responsável Técnico que irá acompanhar a execução dos serviços, podendo ser utilizado o modelo constante no Edital;

a.1) A comprovação do vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante ou mediante certidão do Conselho de Classe devidamente atualizada ou Contrato de Trabalho, em que conste o profissional como responsável técnico, ou ainda, de declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;

a.2) Quando se tratar de sócio da licitante, tal comprovação será feita através do Ato Constitutivo da empresa ou Certidão do Conselho de Classe, devidamente atualizados;

a.3) É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma licitante, fato este que inabilitará todas as envolvidas.

Qualificação Técnico-Operacional – comprovação de aptidão de desempenho técnico de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta Concorrência, mediante apresentação de ATESTADO emitido em nome da



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público, pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, apto a comprovar o desempenho da prestação de serviço público de transporte público coletivo de passageiros, em linhas regulares, com veículos tipo ônibus, que atenda(m) aos seguintes quantitativos:

- I. operação de SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS, com tecnologia de Sistema de Bilhetagem Automática e Sistema Complementar de Operação, por no mínimo 01 (um) ano, com pelo menos 50% (cinquenta por cento) do número de passageiros médios mensais estimados.
- II. operação de SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS com pelo menos 50% (cinquenta por cento) do número de ônibus exigidos para a frota inicial.

O conjunto dos serviços prestados deverá ser exclusivamente em TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS por meio de ônibus.

Os atestados poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.

Não serão considerados quaisquer atestados emitidos por empresas que sejam controladas, coligadas, interligadas ou subsidiárias entre si.

Para o atendimento dos quantitativos mínimos, estabelecidos para os itens de maior relevância, não será permitido o somatório de atestados.

Além dos documentos acima relacionados, a licitante deverá apresentar Atestado de Vistoria ou Declaração de Pleno Conhecimento do Local e das Condições dos Serviços, referentes à VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA.

A empresa interessada poderá realizar VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA nas instalações e locais de execução dos serviços, com o objetivo de conhecer as condições e peculiaridades do objeto a ser contratado e para o correto dimensionamento e elaboração de sua Proposta Técnica e de Preços.

A visita técnica será acompanhada por servidor designado para este fim, em dia útil e horário comercial, devendo o agendamento ser efetuado previamente por meio do e-mail cpl1-pineiro@outlook.com.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura dos envelopes.

Serão disponibilizados data e horário diferentes às empresas interessadas em realizar a vistoria.

Todas as despesas decorrentes dessa vistoria deverão ser custeadas exclusivamente pela empresa.

As empresas deverão designar um representante para realizar a vistoria, que deverá comparecer no dia e horário agendado, portando documento de identidade civil com foto.

A não realização da vistoria técnica não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das condições reais das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Caso a vistoria técnica não seja realizada é obrigatória a apresentação da Declaração de Pleno Conhecimento do Local e das Condições dos Serviços.

Os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

7. PROPOSTA TÉCNICA

O licitante deverá apresentar PROPOSTA TÉCNICA, em uma única via, impressa por qualquer meio usual, em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da licitante.

A PROPOSTA TÉCNICA deverá observar as especificações técnicas e operacionais previstos na Lei Municipal nº 2.889, de 15 de março de 2023, e conter o seguinte Sumário, com base nos critérios de julgamento ora estabelecidos:

Sumário

1. Apresentação da Proposta Técnica
2. Conhecimento Geral dos Problemas
3. Plano de Operação do TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS
4. Demonstração da Experiência da Licitante (Porte do Transporte Público Coletivo operado operada com Sistema de Bilhetagem Automática - SBA)
5. Demonstração da Experiência da Licitante (Tempo de Experiência de Atuação no Segmento operada com Sistema de Bilhetagem Automática - SBA)

O Conhecimento Geral dos Problemas deverá conter o detalhamento de informações e de dados, levantados pela licitante, que permitam mostrar o seu grau de conhecimento em relação ao TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO na cidade de Pinheiro (MA) e à região onde ele está inserido, incluindo a descrição dos aspectos físicos, comerciais e operacionais dos serviços objeto da licitação, com ênfase para o embarque e desembarque, bilheteria, operação de ônibus, características dos pontos de parada para embarque e desembarque de passageiros, além dos terminais de integração de bairros, quando existentes.

A demonstração da experiência do licitante (Porte do Transporte Público Coletivo de Passageiros Operado) deverá ser verificada/confirmada por meio da apresentação de atestado, em seu nome, comprovando a experiência relativa à administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo, demonstrando/exibindo o número/quantitativo médio anual de embarques de passageiros.

A demonstração da experiência do licitante (Tempo de Experiência de Atuação no Segmento) deverá ser verificada/confirmada através da apresentação de documento válido, em seu nome, comprovando/demonstrando o tempo de atuação do licitante na administração, operação e

O PLANO DE OPERAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS deverá observar as especificações técnicas e operacionais previstos na Lei Municipal nº 2.889, de 15 de março de 2023, e conter a metodologia de execução dos serviços, com detalhamento dos procedimentos dos sistemas e métodos para cada uma das áreas de atividade objeto da contratação pretendida, por meio de projeto ou descritivo com cronograma das atividades, observado o seguinte:

- i. Plano de Circulação da frota, através da Programação Operacional das Linhas
- ii. Plano de Segurança e Monitoramento via GPS da Frota Operacional
- iii. Plano de Acessibilidade;
- iv. SCO – Sistema Complementar de Operação, indicando as tecnologias embarcadas;
- v. Sistema de Informação aos Usuários por meio de aplicativo de smartphone;



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

vi. Sistema de bilhetagem automática – SBA sistema de reconhecimento facial

8. DA ANÁLISE E PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

As Propostas Técnicas ofertadas pelas licitantes serão analisadas e pontuadas segundo os critérios abaixo descritos, obtendo cada Proposta uma Nota Técnica (NT), sendo desclassificadas aquelas que não atenderem às características mínimas constantes nos critérios exigidos.

A Comissão Técnica Julgadora, a ser designada para análise e pontuação das Propostas, deverá ser composta por representantes das áreas da administração municipal, conforme determinação do Gabinete do Prefeito, e será responsável por atribuir nota a cada um dos parâmetros indicados e apresentados no quadro a seguir, em conformidade com as instruções contidas neste Termo de Referência.

A pontuação atribuída pela Comissão Julgadora, designada por Portaria, seguirá os critérios a seguir, até o máximo de:

- a) Conhecimento Geral do Problema: 10 (dez) pontos
- b) Plano de Operação da Licitante: 10 (dez) pontos;
- c) Experiência da Licitante (Porte do TC operada com Sistema de Bilhetagem Automática - SBA): 40 (quarenta) pontos;
- d) Experiência da Licitante (tempo de experiência de atuação no segmento com Sistema de Bilhetagem Automática - SBA): 40 (quarenta) pontos.

Para melhor conduzir a análise técnica das Propostas, a Comissão Julgadora deve se basear pelos seguintes parâmetros:

PARÂMETRO 1 – CONHECIMENTO GERAL DO PROBLEMA:

A presente seção visa avaliar o conhecimento abrangente e profundo do licitante em relação aos desafios específicos envolvidos no escopo proposto. O licitante deverá demonstrar, de maneira clara e objetiva, sua competência técnica, evidenciando familiaridade com as nuances e complexidades inerentes ao projeto em questão.

O licitante deverá apresentar um texto dissertativo que revele seu entendimento abrangente sobre os trabalhos propostos. Esse documento deve abordar, de forma detalhada, os principais desafios, variáveis críticas e particularidades do projeto, demonstrando um conhecimento sólido e atualizado.

Além do texto dissertativo, a licitante tem a liberdade de utilizar recursos visuais, como cronogramas, gráficos, diagramas e tabelas, a fim de enriquecer a exposição do seu domínio técnico. Esses elementos visuais podem fornecer uma representação mais clara e precisa da abordagem proposta pelo licitante para equacionar e solucionar os problemas identificados.

Entender por equacionamento e solução a capacidade do licitante de formular estratégias eficientes para a execução de serviços, alinhados com as melhores práticas da engenharia contemporânea. A proposta técnica deve refletir a habilidade do licitante em otimizar economicamente o escopo licitado, garantindo, ao mesmo tempo, a excelência na entrega dos serviços.

É imperativo que o licitante demonstre clara adesão aos princípios de otimização econômica, garantindo que suas soluções sejam eficazes não apenas sob a perspectiva



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

técnica, mas também do ponto de vista financeiro. A busca pela eficiência operacional, aliada à qualidade técnica, é fundamental para o sucesso do projeto.

Em suma, a Proposta Técnica deverá constituir um documento completo e persuasivo, destacando o conhecimento aprofundado do licitante sobre os problemas específicos a serem enfrentados e evidenciando sua capacidade de equacionamento e solução, sempre em consonância com as melhores práticas de engenharia e os princípios de otimização econômica.

Para o Parâmetro Conhecimento Geral dos Problemas, a Proposta Técnica deverá abordar os seguintes pontos:

- a) **Conhecimento dos Problemas** – análise dos desafios inerentes ao serviço de TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO no Município de Pinheiro, com a identificação das questões primordiais, as medidas permitidas para sua implementação e todos os demais elementos considerados essenciais para a compreensão abrangente do problema, projetos e empreendimento associados.
- b) **Conhecimento dos Aspectos Institucionais** - explicação sobre os aspectos institucionais relacionados ao serviço de TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, tendo em vista as regras e obrigações decorrentes da relação jurídica entre o Município de Pinheiro, enquanto Poder Concedente, e a Concessionária. Devem ser abordados, no mínimo, os seguintes aspectos: período da concessão; regulamentação das tarifas cobradas dos passageiros; estabelecimento de padrões mínimos de qualidade do serviço, como regularidade, pontualidade, segurança e conforto; fiscalização para monitorar o cumprimento das obrigações contratuais e a qualidade dos serviços prestados, dentre outros;
- c) **Conhecimento dos Aspectos Gerenciais** – Identificação e explicação dos elementos específicos e importantes que a licitante considera essenciais para o gerenciamento da implementação das atividades relacionadas à implantação, operação e fiscalização do serviço de TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO
- d) **Conhecimento dos Aspectos Socioambientais** apreciação dos aspectos relacionados ao envolvimento e participação social e aspectos de gestão socioambiental do serviço público de transporte coletivo, com especial atenção para os seguintes aspectos socioambientais relevantes:
 1. Acessibilidade: Implementação de medidas que garantam a acessibilidade universal, permitindo que pessoas com deficiência ou mobilidade utilizem minimamente o serviço de transporte público coletivo.
 2. Impacto na Saúde Pública: Avaliação e gestão dos impactos na saúde pública, incluindo a redução da poluição atmosférica e sonora, para promover um ambiente mais saudável.
 3. Eficiência Energética: Adoção de tecnologias e práticas que visem à eficiência energética, ao consumo de combustíveis e às emissões de gases de efeito estufa.
 4. Planejamento Urbano Sustentável: Integração do Transporte Público Coletivo de Passageiros com políticas de planejamento urbano sustentável, incentivando o uso do transporte público e reduzindo a dependência de veículos individuais.

A pontuação do tópico Conhecimento Geral dos Problemas receberá pontuação máxima de 10 (dez) pontos, conforme quadro abaixo:



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

Parâmetro 1 – CONHECIMENTO GERAL DOS PROBLEMAS	
ITENS A SEREM AVALIADOS	PONTUAÇÃO
Conhecimento dos Problemas	1 Pontos
Conhecimento dos Aspectos Institucionais relacionados	3 Pontos
Conhecimento dos Aspectos Gerenciais	3 Pontos
Conhecimento dos Aspectos Socioambientais	3 Pontos
PONTUAÇÃO MÁXIMA	10 Pontos

PARÂMETRO 2 – PLANO DE OPERAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DA LICITANTE:

O PLANO DE OPERAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS deverá observar as especificações técnicas e operacionais previstos na Lei Municipal nº 2.889, de 15 de março de 2023, e conter a metodologia de execução dos serviços, com detalhamento dos procedimentos dos sistemas e métodos para cada uma das áreas de atividade objeto da contratação pretendida, por meio de projeto ou descritivo com cronograma das atividades, observado o seguinte:

- I. Plano de Circulação da frota, através da Programação Operacional das Linhas
- II. Plano de Segurança e Monitoramento via GPS da Frota Operacional
- III. Plano de Acessibilidade;
- IV. SCO – Sistema Complementar de Operação, indicando as tecnologias embarcadas;
- V. Sistema de Informação aos Usuários por meio de aplicativo de smartphone;
- VI. Sistema de bilhetagem automática – SBA sistema de reconhecimento facial

A licitante deverá apresentar texto descritivo com as soluções, metodologias, investimentos, pontos fortes, pontos fracos e riscos avaliados para cada uma das áreas de atividade acima relacionadas.

Após a celebração do Contrato de Concessão, a Concessionária estará obrigada a utilizar o Plano de Operação do Transporte Público Coletivo de Passageiros apresentado em sua Proposta Técnica, podendo aprimorá-lo para melhor atender ao interesse público, mediante prévia anuência do Poder Concedente.

A pontuação do tópico Plano Operação da Licitante receberá pontuação máxima de 10 (dez) pontos, conforme quadros abaixo:

02	Plano de Operação	Pontuação
A pontuação do Plano de Operação e Administração do Transporte Coletivo a ser apresentado pela licitante deverá ser detalhado considerando os itens abaixo e conforme anexo de avaliação:		
2.1.	I. Plano de Circulação da frota, através da Programação Operacional das Linhas II. Plano de Segurança e Monitoramento via GPS da Frota Operacional; III. Plano de Acessibilidade;	1,0



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

2.2	IV. SCO – Sistema Complementar de Operação, indicando as tecnologias embarcadas;	3,0
2.3	V. Sistema de Informação aos Usuários por meio de aplicativo de smartphone;	3,0
2.4	VI. Sistema de bilhetagem automática – SBA sistema de reconhecimento facial	3,0
PONTUAÇÃO MÁXIMA (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4)		10 Pontos

PARÂMETRO 3 – EXPERIÊNCIA DA LICITANTE (PORTE DO TC OPERADO)

A licitante deverá comprovar sua experiência com base no Porte do Transporte Público Coletivo de Passageiros operado, mediante apresentação de 01 (um) único Atestado em nome da empresa, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior de serviços de administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo, no qual conste a indicação expressa do movimento médio anual mínimo e quantidade de embarques de passageiros.

O atestado deverá ser exclusivamente em TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS por meio de ônibus e poderá ser apresentado em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante.

Não será considerado qualquer atestado emitido por empresas que sejam controladas, coligadas, interligadas ou subsidiárias entre si.

Para o atendimento deste parâmetro técnico não será permitido o somatório de atestados.

A pontuação do parâmetro do tópico Experiência da Licitante (Porte da Frota Operada) receberá pontuação máxima de 40 (trinta) pontos, conforme quadro abaixo:

03	Experiência da LICITANTE (Porte do TC Operado com Sistema de Bilhetagem Automática - SBA)	Pontuação
3.1	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, experiência relativa à administração, operação e exploração comercial de Transporte Público Coletivo de Passageiros que consigne um movimento médio mensal mínimo de 80.000 embarques de passageiros, operada com Sistema de Bilhetagem Automática – SBA.	15 Pontos
3.2	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, experiência relativa à administração, operação e exploração comercial de Transporte Público Coletivo de Passageiros que consigne um movimento médio mensal mínimo de 80.001 a 100.000 embarques de passageiros, operada com Sistema de Bilhetagem Automática – SBA.	25 Pontos
3.3	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, experiência relativa à administração, operação e exploração comercial de Transporte Público Coletivo de Passageiros que consigne um movimento médio anual superior à 100.000 embarques de passageiros, operada com Sistema de Bilhetagem Automática – SBA.	40 Pontos



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

PONTUAÇÃO MÁXIMA	40 Pontos
------------------	-----------

PARÂMETRO 4 – EXPERIÊNCIA DA LICITANTE (TEMPO DE EXPERIÊNCIA DE ATUAÇÃO NO SEGMENTO)

A licitante deverá apresentar documentos que comprovem seu tempo de experiência de atuação no segmento de operação de Transporte Público Coletivo de Passageiros mediante apresentação de 01 (um) único Atestado em nome da empresa, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando/demonstrando o tempo de atuação ininterrupto da LICITANTE na administração, operação e exploração comercial de Transporte Público Coletivo de Passageiros.

O atestado deverá ser exclusivamente em TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS por meio de ônibus e poderá ser apresentado em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante.

Não será considerado qualquer atestado emitido por empresas que sejam controladas, coligadas, interligadas ou subsidiárias entre si.

Para o atendimento deste parâmetro técnico não será permitido o somatório de atestados.

A pontuação do tópico Experiência da Licitante (Tempo de Experiência de Atuação no Segmento) receberá pontuação máxima de 40 (quarenta) pontos, conforme quadros abaixo:

04	Experiência da LICITANTE (Tempo de Experiência de Atuação com Sistema de Bilhetagem Automática - SBA)	Pontuação
4.1	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, do tempo de atuação da LICITANTE na administração, operação e exploração comercial de Transporte Público Coletivo de Passageiros acima de 1 ano, operada com Sistema de Bilhetagem Automática – SBA.	15 Pontos
4.2	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, do tempo de atuação da LICITANTE na administração, operação e exploração comercial de Transporte Público Coletivo de Passageiros maior que 2,0 até 3,0 anos ininterruptos, operada com Sistema de Bilhetagem Automática – SBA.	25 Pontos
4.3	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, do tempo de atuação da LICITANTE na administração, operação e exploração comercial de Transporte Público Coletivo de Passageiros superior a 3,0 anos ininterruptos, operada com Sistema de Bilhetagem Automática – SBA.	40 Pontos
PONTUAÇÃO MÁXIMA		40 Pontos

NOTA TÉCNICA FINAL DA PROPOSTA DA LICITANTE

A Nota Técnica final da Proposta ofertada pelas Licitantes será o resultado do somatório das notas de cada parâmetro elencada de forma decrescente, da maior para a menor nota, tomando por base os subitens constantes do quadro de avaliação a seguir:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO



AVALIAÇÃO NOTA TÉCNICA		
01	Conhecimento dos Problemas	Pontuação
1.1	Conhecimentos Geral dos Problemas	1
1.2	Conhecimento dos aspectos institucionais	3
1.3	Conhecimento dos aspectos gerenciais	3
1.4	Conhecimento aspectos socioambientais	3
PONTUAÇÃO MÁXIMA		10 Pontos
02	Plano de Operação	Pontuação
A pontuação do Plano de Operação e Administração do Transporte Coletivo a ser apresentado pela licitante deverá ser detalhado considerando os itens abaixo e conforme anexo de avaliação:		
2.1	I. Plano de Circulação da frota, através da Programação Operacional das Linhas II. Plano de Segurança e Monitoramento via GPS da Frota Operacional; III. Plano de Acessibilidade;	1,0
2.2	I. SCO – Sistema Complementar de Operação, indicando as tecnologias embarcadas;	3,0
2.3	V. Sistema de Informação aos Usuários por meio de aplicativo de smartphone;	3,0
2.4	VI. Sistema de bilhetagem automática – SBA sistema de reconhecimento facial	3,0
PONTUAÇÃO MÁXIMA (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4)		10 Pontos
03	Experiência da LICITANTE (Porte do TC Operado com Sistema de Bilhetagem Automática - SBA)	Pontuação
3.1	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, experiência relativa à administração, operação e exploração comercial de Transporte Público Coletivo de Passageiros que consigne um movimento médio mensal mínimo de 80.000 embarques de passageiros, operada com Sistema de Bilhetagem Automática – SBA.	10 Pontos
3.2	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, experiência relativa à administração, operação e exploração comercial de Transporte Público Coletivo de Passageiros que consigne um movimento médio mensal mínimo de 80.001 a 100.000 embarques de passageiros, operada com Sistema de Bilhetagem Automática – SBA.	25 Pontos



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

3.3	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, experiência relativa à administração, operação e exploração comercial de Transporte Público Coletivo de Passageiros que consigne um movimento médio anual superior à 100.000 embarques de passageiros, operada com Sistema de Bilhetagem Automática – SBA.	40 Pontos
PONTUAÇÃO MÁXIMA		40 Pontos
04	Experiência da LICITANTE (Tempo de Experiência de Atuação com Sistema de Bilhetagem Automática - SBA)	Pontuação
4.1	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, do tempo de atuação da LICITANTE na administração, operação e exploração comercial de Transporte Público Coletivo de Passageiros acima de 1 ano, operada com Sistema de Bilhetagem Automática – SBA.	10 Pontos
4.2	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, do tempo de atuação da LICITANTE na administração, operação e exploração comercial de Transporte Público Coletivo de Passageiros maior que 2,0 até 3,0 anos ininterruptos, operada com Sistema de Bilhetagem Automática – SBA.	25 Pontos
4.3	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, do tempo de atuação da LICITANTE na administração, operação e exploração comercial de Transporte Público Coletivo de Passageiros acima de 3,0 anos ininterruptos, operada com Sistema de Bilhetagem Automática – SBA.	40 Pontos
PONTUAÇÃO MÁXIMA		40 Pontos
PONTUAÇÃO MÁXIMA (1 + 2 + 3 + 4)		100 Pontos
TOTAL GERAL		pontos

9. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICA- NOTA TÉCNICA

As Propostas Técnicas que estiverem de acordo com os critérios e especificações pré-estabelecidos neste Edital serão analisadas, podendo a Comissão Julgadora convocar as licitantes para esclarecimentos de qualquer natureza, que venham facilitar o entendimento da mesma na fase de julgamento.

Na análise das Propostas Técnicas serão observados os parâmetros de julgamento abaixo:

1. Conhecimento Geral dos Problemas;
2. Demonstração da Experiência da Licitante (Porte do Transporte Público Coletivo de Passageiros operado com Sistema de Bilhetagem Automática - SBA);



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

3. Demonstração da Experiência da Licitante (Tempo de Experiência de Atuação no Segmento com Sistema de Bilhetagem Automática - SBA);

4. Plano de Operação do TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO.

Para efeito do julgamento, a Comissão Julgadora irá analisar cada Proposta Técnica e também compará-las entre si, atribuir as notas conforme as Tabelas de pontuação estabelecidas no item anterior. As notas poderão variar de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, com precisão de 01 casa decimal.

Serão desclassificadas as Propostas Técnicas que obtiverem nota zero em qualquer um dos 4 (quatro) parâmetros de julgamento.

Serão classificadas por ordem decrescente do Índice de Pontuação Técnica (IPT), que será apurado mediante aplicação a seguinte fórmula:

$$\text{IPT} = \text{Parâmetro 1} + \text{Parâmetro 2} + \text{Parâmetro 3} + \text{Parâmetro 4}$$

A Comissão Julgadora deverá apresentar Relatório pertinente ao julgamento das Propostas Técnicas, indicando a pontuação para cada parâmetro e o Quadro de Pontuação Final, contendo a ordem de classificação das licitantes e seus respectivos IPT.

10. DA PROPOSTA DE PREÇO

A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, numerada sequencialmente e sem rasuras ou entrelinhas, datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante da empresa, em papel timbrado, devendo conter:

- a) Número da Concorrência, razão social da licitante, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail),
- b) Nome completo do responsável pela assinatura do Contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;
- c) Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira da Concessão, que demonstre a viabilidade da tarifa ofertada, com o seguinte conteúdo mínimo:
 - c.1) descrição detalhada da metodologia adotada no Estudo;
 - c.2) hipóteses assumidas para as projeções dos insumos de cálculo dos custos/despesas e receitas e os critérios econômicos utilizados;
 - c.3) estrutura de receitas e custo da operação do Transporte Coletivo;
 - c.4) Taxa Interna de Retorno – TIR e Valor Presente Líquido – VPL;
 - c.5) detalhamento dos investimentos prudentes, referentes às obras de modernização e de fornecimento de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação e de monitoramento;
- d) Preço da tarifa do serviço, em Real (R\$), em algarismo e por extenso, com no máximo dois algarismos após a vírgula, esclarecendo que o mesmo se refere ao mês de apresentação da Proposta;
- e) Prazo de exploração da concessão: 30 (trinta) anos, contado a partir da assinatura do Contrato de Concessão;
- f) Prazo de validade da Proposta: 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data de abertura da sessão pública.



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

Não serão consideradas ofertas de tarifa pública cujo valor seja superior a R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos).

O valor ofertado na Proposta de Preços não dependerá de isenções de taxas, impostos ou qualquer outro benefício fiscal proveniente da Prefeitura Municipal de Pinheiro/MA ou do Governo do Estado do Maranhão.

Pedidos de retificação, por engano na cotação ou especificação do objeto da licitação, somente serão aceitos antes de abertas as propostas, não sendo admitida a simples oferta de desconto ou aumento de preços, sem suficiente demonstração do engano.

Não serão consideradas as propostas apresentadas fora do prazo, bem como aquelas que contiverem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas em suas partes essenciais, de modo a ensejar dúvida, principalmente em relação a valores.

A proposta deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

Caso a convocação para contratação não seja emitida dentro do período de validade da proposta, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos. A Administração poderá solicitar prorrogação por mais 90 (noventa) dias consecutivos antes de findo o prazo de validade.

Não serão admitidas propostas que apresentem preço global ou preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Nos casos de propostas manifestamente inexequíveis, será baseado conforme artigo 11 inciso III, juntamente com o artigo 59, § 2º.

No valor da tarifa deverão estar incluídos todos os custos e despesas, inclusive os de mão-de-obra, materiais, veículos e equipamentos necessários, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas acessórias e necessárias não especificadas neste Edital, relativas ao objeto da licitação.

A Proposta de Preços será julgada e avaliada pela Comissão de Avaliação das Propostas, constituída por meio da Portaria nº 105/2024-SEMGOV, de 01 de março de 2024, instituída exclusivamente com a finalidade de julgamento das propostas desta Concorrência.

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

A Comissão Julgadora deverá analisar as Propostas de Preços em conformidade com os requisitos fixados no Projeto Básico.

A Comissão poderá realizar diligências ou requisitar informações, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre a Proposta sem implicar a modificação de seu teor ou a inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente na Proposta.

Verificando-se discordância entre o preço unitário e o total, prevalecerá o primeiro, sendo corrigido o preço total, ocorrendo divergência entre valores numéricos e os por extenso, prevalecerão os últimos. Se a licitante não aceitar a correção de tais erros, sua Proposta será rejeitada.

Serão desclassificadas as propostas que:



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

Na análise dos preços propostos pela licitante considerar-se-á que os preços são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas do serviço.

A classificação das Propostas de Preços se dará por ordem crescente dos preços propostos.

Quando todas as Propostas de Preços forem desclassificadas a Comissão poderá fixar-lhes prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má fé, que não afete o conteúdo ou a idoneidade da Proposta, não será causa de desclassificação.

Nas hipóteses de interposição de recursos ou suspensão do procedimento licitatório os prazos de validade das Propostas ficam automaticamente prorrogados por igual número de dias em que o referido processo estiver suspenso.

12. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

As propostas serão classificadas com base na pontuação obtida através da seguinte relação:

$$CFP = 0,70 \times IPT + 0,30 \times IPP$$

onde:

CFP = Classificação Final das Propostas

IPT = Índice de Pontuação Técnica (IPT) calculado

IPP = Índice de Proposta de Preços

0,70 = Fator de ponderação do Índice de Pontuação Técnica (IPT)

0,30 = Fator de ponderação do Índice de Proposta de Preço (IPP)

Para o cálculo da Classificação Final das Propostas (CFP), a aproximação será feita até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais frações.

As Propostas serão classificadas pela ordem decrescente obtida na Pontuação Final.

13. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Os direitos básicos da CONCESSIONÁRIA são todos aqueles previstos em Lei e Contrato, destacando especialmente os referentes ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, à alteração e expansão dos serviços a serem realizados no futuro para garantir a continuidade da prestação dos serviços e atendimento do crescimento da demanda.

A empresa que obtiver a concessão realizará um serviço público de administração e operação do TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO em Pinheiro com base em



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

parâmetros técnicos e operacionais, que assegurem a manutenção dos serviços, garantindo segurança e comodidade aos usuários, estando sujeita à fiscalização direta do Município, obrigando-se a cumprir todos os princípios que regem a Administração Pública.

Entende-se por serviço adequado, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação. Atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos, das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão dos serviços.

- a) prestar os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos, por meio de mão de obra qualificada, e com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, observadas as especificações constantes neste Projeto Básico, na Proposta Técnica e na Proposta de Preços da CONCESSIONÁRIA e na respectiva Ordem de Serviço;
- b) apresentar o PLANO DE OPERAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO EM PINHEIRO -MA para aprovação pelo Poder Concedente, como base a Proposta Técnica apresentada na licitação, observado o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado a partir da assinatura do Contrato de Concessão;
- c) iniciar a operação dos serviços no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data de assinatura do Contrato de Concessão;
- d) refazer ou corrigir os serviços impugnados, no todo ou em parte, conforme análise técnica da Comissão de Fiscalização e aprovação da Equipe de Gestão do Contrato, contado a partir do recebimento da respectiva Notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis;
- e) cumprir normas e procedimentos operacionais, bem como as tabelas de horários e linhas que venham a ser fixadas pelo CONCEDENTE;
- f) garantir o pleno funcionamento dos serviços essenciais ao Transporte Coletivo;
- g) divulgar aos usuários informações sobre créditos tarifários
- h) realizar os investimentos na forma, prazo e condições previstos no Edital e Anexos;
- i) proibir a interrupção das viagens, salvo em caso fortuito ou de força maior, caso em que a CONCESSIONÁRIA fica obrigada a adotar as providências necessárias e imediatas para garantia, ao usuário, do prosseguimento de sua viagem;
- j) coibir o funcionamento de qualquer aparelho nas áreas ocupadas que produza som ou ruído que possa importunar o usuário do serviço
- k) estabelecer, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Poder Concedente, os locais e os horários destinados a embarque e desembarque de passageiros;
- l) utilizar veículos que atendam às características técnicas e com idade determinadas no Edital e seus anexos, em perfeitas condições de uso, segurança e limpeza;
- m) implantar sistema de catraca eletrônica para acesso ao coletivo;
- n) implantar sistema de sinalização para todos os usuários dos seus serviços;
- o) responsabilizar-se pela proteção e preservação dos terminais de integração, quando existentes;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

- p) encaminhar ao CONCEDENTE, sempre que solicitado, documentação pertinente aos serviços executados no cumprimento do objeto licitado;
- q) apresentar sempre que requisitado, RELATÓRIO MENSAL contendo, no mínimo, as seguintes informações: dados operacionais do transporte público Municipal, sendo: total de passageiros diários do mês anterior, por linha, tipo de dia e por categoria de usuário; notas fiscais da aquisição de combustível e demais insumos; cotação dos preços dos chassis e carrocerias; comprovantes de aquisição de pneus e recapagem; comprovante da base salarial da categoria (Dissídio); comprovante dos benefícios pagos aos funcionários; SBE, GPS, câmeras e relação da frota; relatório da quilometragem percorrida; demonstrativo do custo tributário direto; demonstrativo do custo previdenciário direto; demonstrativo do quadro de funcionários; demonstrativo do passageiro equivalente com todas as receitas; demonstrativo do consumo de diesel dos veículos; demonstrativo do valor do seguro obrigatório por veículo; demonstrativo de acidentes; demonstrativo das reclamações e queixas; comprovante de entrega da SEFIP; comprovante de recolhimento da guia do FGTS; comprovante de recolhimento do INSS dos funcionários e empresa; folha de pagamento do mês corrente; guia do IRRF dos funcionários; guia do ISS a prefeitura; relação dos funcionários admitidos e demitidos no mês; relação dos funcionários afastados por férias, auxílio doença e acidente; relatório com as quantidades de cartões com gratuidades; relatório com clientes que utilizam o sistema de vale transporte; além do sistema disponibilizado para acompanhamento diário de controle de bilhetagem;
- r) propor, caso necessário, uma revisão do PLANO DE OPERAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIRO SEM PINHEIRO - MA, levando em consideração a situação do tráfego na região, os tempos efetivos de percurso e as melhorias implantadas no sistema viário, avanços tecnológicos, para análise e aprovação pelo poder público Municipal;
- s) relatar ao Poder Concedente toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da vigência do Contrato;
- t) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Poder Concedente ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo ao local dos trabalhos, desde que previamente com agendamento;
- u) designar preposto que atuará como responsável pelo relacionamento administrativo com o Poder Concedente, com autonomia para tomar decisões que impactem no bom andamento dos serviços
- v) apresentar relação com endereço físico, e-mail e celulares, para fins de contato;
- w) comunicar imediatamente qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone e outros dados que forem importantes;
- y) utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- z) cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;
- aa) identificar seu pessoal nos atendimentos de execução dos serviços;
- bb) manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

- cc) realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados;
- dd) responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e de segurança determinadas pela Administração;
- ee) instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e incêndios;
- ff) registrar e controlar diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- gg) responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- hh) fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato;
- ii) arcar com as despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, prestação de garantia e quaisquer outras despesas decorrentes da execução dos serviços;
- jj) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- kk) responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à execução dos serviços, como única e exclusiva empregadora;
- ll) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;
- mm) Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término;
- nn) Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços descritos no anexo, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades.
- oo) responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
- pp) adotar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos, sendo de sua exclusiva responsabilidade a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas;
- qq) responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do objeto do Contrato, respondendo por si e por seus



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração;

rr) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

ss) apresentar, sempre que solicitado pelo CONCEDENTE, as certidões de regularidade fiscal exigidas para Habilitação na presente licitação

tt) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

Os direitos básicos do CONCEDENTE são todos aqueles previstos em Lei e Contrato, destacando especialmente os referentes à regulamentação, planejamento, fiscalização e aplicação de multas e, como obrigação principal, a de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços durante a vigência da Concessão, através de reajustes ou revisão periódica de tarifas, conforme previsto na minuta do contrato de concessão.

Serão obrigações do Poder Concedente:

- a) Garantir o necessário apoio dos Poderes Públicos à CONCESSIONÁRIA, especialmente quanto à Segurança, Trânsito, Coleta de Lixo e Saúde;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- c) Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;
- d) Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço e a conservação dos bens reversíveis, visando ao atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas em Edital, contrato e anexos;
- e) Aprovar os projetos executivos e acompanhar as instalações e fornecimento de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação, sistema de catraca eletrônica e de monitoramento;
- f) Exercer a fiscalização dos serviços através de seus setores técnicos e administrativos próprios, com o objetivo de assegurar o estrito cumprimento do contrato e a melhor prestação de serviços aos usuários, atendidos os preceitos contidos nos artigos 6º e 7º, ambos da Lei Federal nº 8.987/95;
- g) Intervir na prestação dos serviços, nos casos e condições previstos na Lei Federal nº 8.987/95;
- h) Coibir a ação de Transporte Público Coletivo de Passageiros clandestino;
- i) Exercer seu poder de polícia no sentido de impedir, terminante e rigorosamente, a interferência de qualquer atividade que possa prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro da equação inicial a ser pactuada, em especial vedando a ação dos transportadores alternativos que, de alguma forma, fraudem, burlam, ou tentem fraudar ou burlar a destinação básica do TRANSPORTE COLETIVO;
- j) Autorizar o reajuste e proceder à revisão das Tarifas, nos termos e conforme o disposto em contrato;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

- k) Repassar a CONCESSIONÁRIA todas as informações necessárias à realização dos serviços que sejam de sua responsabilidade;
- l) Aprovar previamente, cartazes, placas, faixas e outras peças promocionais e educativas a serem fixadas nas dependências do transporte coletivo;
- m) Regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação.

Além das obrigações disponíveis neste instrumento, constituem ainda atribuições do Concedente aquelas dispostas na legislação municipal, em observância às seguintes cláusulas:

- a) planejar o serviço, considerando as alternativas tecnológicas adequadas ao atendimento do interesse público, observando as diretrizes do planejamento urbano e sempre priorizando o Transporte Público Coletivo de Passageiros sobre o individual e o comercial;
- b) controlar, vistoriar e fiscalizar a execução do serviço;
- c) implantar, suprimir e alterar linhas de serviço, desde que não comprometa o equilíbrio econômico - financeiro do sistema e da contratada;
- d) fixar itinerários, pontos de parada, estações de transferência e estações de integração;
- e) emitir ordens de serviço, portarias, determinações, circulares e normas complementares dando prévio conhecimento às empresas contratadas, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência;
- f) fixar quadros de horários e frotas;
- g) vistoriar e fiscalizar os veículos e demais equipamentos e instalações;
- h) vistoriar e gerir custos e despesas do serviço;
- i) fixar parâmetros, coeficientes e índices da planilha de custos e promover a sua revisão, sempre que necessário;
- j) propor reajustes das tarifas e proceder à revisão dos níveis tarifários;
- k) Implantação de diferenciação de níveis tarifários, quando as distancias se mostrarem suficientemente grande, entretanto inicialmente os valores serão únicos;
- l) acompanhar junto à empresa contratada a venda de vale-transporte, passe escolar ou quaisquer outras formas de venda antecipada de passagens e/ou outros meios de pagamento das viagens, bem como editar as portarias necessárias à sua regulamentação e utilização;
- m) gerenciar as isenções e reduções tarifárias definidos pelo Poder Concedente;
- n) cadastrar as empresas contratadas e seus respectivos veículos;
- o) promover auditorias técnicas e operacionais nas contratadas;
- p) aplicar as penalidades previstas no contrato, nesta Lei e demais legislações pertinentes;
- q) fixar normas para a integração física, operacional e tarifária dos serviços;
- r) zelar pela boa qualidade dos serviços;
- s) receber, avaliar e solucionar as solicitações/reclamações enviadas pelos usuários e pelas empresas contratadas;
- t) estimular o aumento da qualidade e produtividade dos serviços prestados;
- u) garantir a preservação do meio ambiente e a conservação energética;



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

- v) garantir a participação dos usuários para defesa de interesses relativos ao serviço;
- w) fiscalizar, coibir e apreender qualquer tipo de veículo que execute transporte que não tenha sido delegado ou autorizado pelo Poder Concedente, e que não esteja definido no contrato de concessão do serviço;
- x) cumprir e fazer cumprir a legislação municipal.

Para o exercício de suas atribuições, o Poder Concedente poderá contratar serviços de terceiros ou firmar convênios.

15. DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS(TC)

Os direitos dos usuários do Transporte Público Coletivo de Passageiros (TC) estão a seguir elencados:

- a) utilizar os cartões específicos do TC como forma de pagamento de passagens do sistema público de Transporte Público Coletivo de Passageiros Urbanos do Município de Pinheiro e dos demais municípios gerenciados pelo Poder Concedente;
- b) receber, sem custos, a 1ª (primeira) via do cartão do TC quando beneficiários de cartão de transporte gratuidade e do cartão de meia – passagem, conforme as regras definidas pelo Poder Concedente.

Em contrapartida, os usuários do TC tem as seguintes obrigações:

- a) pagar pelos créditos eletrônicos adquiridos para pagamento de passagens do sistema público de Transporte Público Coletivo de Passageiros Urbanos do Município de Pinheiro;
- b) pagar pela 1ª (primeira) via do cartão emitido por entidades estudantis conveniadas;
- c) pagar pela 2ª (segunda) via do cartão de transporte gratuidade e cartão de meia – passagem emitido pelo Poder Concedente;
- d) levar ao conhecimento do Poder Concedente as irregularidades de que tenha ciência, relacionadas ao TC;
- e) preservar os bens vinculados ao TC;
- f) comunicar perda, furto ou roubo de cartão do TC no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência.

16. DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização formada por servidores especialmente designados por Portaria ou pelos respectivos substitutos

A Comissão de Fiscalização acompanhará a execução do Contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, bem como anotar no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

Quando identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a Comissão de Fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção.

Por conseguinte, a Comissão de Fiscalização informará à Equipe de Gestão do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

Na hipótese de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a Comissão de Fiscalização comunicará o fato imediatamente à Equipe de Gestão do Contrato.

Também é dever da Comissão de Fiscalização comunicar à Equipe de Gestão do Contrato, em tempo hábil, o término da vigência do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Cabe ainda à Comissão de Fiscalização verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, a Comissão de Fiscalização atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à Equipe de Gestão do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

16.1. DA GESTÃO DO CONTRATO

A Gestão do Contrato será exercida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Habitação, enquanto responsável pela coordenação das ações ao serviço de transporte público coletivo, e será responsável, dentre outras atribuições, pelo gerenciamento dos serviços, dos custos, e dos prazos, pela análise da manutenção da regularidade da CONTRATADA e por eventuais alterações do Contrato.

Em razão da complexidade e do escopo dos serviços, deverá ser designada uma Equipe para realizar a gestão do Contrato, sendo subsidiada pela Comissão de Fiscalização.

A Equipe de Gestão coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

Compete à Equipe de Gestão acompanhar os registros realizados pela Comissão de Fiscalização, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, às autoridades superiores àquelas que ultrapassarem a sua competência.

A Equipe de Gestão deverá acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no Relatório de Riscos Eventuais.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Além das atividades acima, ressalta-se as seguintes competências atribuídas à Equipe de Gestão:

emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos Fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

elaborar Relatório Final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Contrato.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às seguintes multas moratórias de acordo com o artigo 156:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. As multas moratórias deverão considerar o limite de até 30 (trinta) dias para descumprimento da obrigação. “

O atraso superior ao 30º (trigésimo) dia autoriza o Município de Pinheiro a aplicar outras sanções administrativas, bem como promover a extinção do Contrato de Concessão por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública poderão ser aplicadas à CONCESSIONÁRIA juntamente com a de multa.

O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município de Pinheiro ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

Nos casos de inexecução total do Contrato, por culpa exclusiva da CONCESSIONÁRIA, cabe a aplicação da penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração Pública.

Nos casos de fraude na execução do Contrato cabe a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

As multas serão recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados do recebimento da respectiva Notificação.

Os processos administrativos formalizados para a aplicação de sanções administrativas poderão ser suspensos, no todo ou em parte, quando as justificativas apresentadas pela CONCESSIONÁRIA forem decorrentes de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, o que deverá ser analisado pela Equipe de Gestão do Contrato de Concessão. Em caso de aprovação, o PODER CONCEDENTE poderá fixar novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

18. DA REMUNERAÇÃO, REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE TARIFAS

A Concessionária será remunerada pelo serviço efetivamente prestado, nos termos estabelecidos em contrato de concessão e legislação pertinente.

O reajuste da remuneração da Concessionária será procedido de forma a assegurar a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato, baseada na variação dos índices de custos ou preços relativos aos componentes admitidos pelo Concedente.

A tarifa contratual será revista pelo Concedente para mais ou para menos, conforme o caso, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos ou encargos legais à exceção dos impostos sobre a renda, modificações nos coeficientes de consumo pela melhoria do itinerário ou decorrente de atualizações tecnológicas, bem como pelas disposições legais ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão na tarifa estabelecida.

É vedado estabelecer privilégios tarifários, exceto os previstos em lei

A Tarifa de Remuneração, calculada a ser executada no início do Contrato de Concessão, engloba a Tarifa Pública e a complementação tarifária mensal, e corresponde ao equilíbrio contratual, em obediência a Planilha de Custo do Sistema de Transporte de Pinheiro.

A Tarifa de Remuneração será atualizada a cada 12 (doze) meses pelo PODER CONCEDENTE, a partir da data de entrega da Proposta Comercial pela Concessionária, obedecendo, para tal, apenas critérios objetivos.

Os reajustes da Tarifa de Remuneração, quando da alteração da frota operante ou quilometragem programada, para mais ou para menos, serão determinados através da planilha de custo, nos termos da Planilha Tarifária de Pinheiro, e nos estudos econômicos financeiros apresentados pela Concessionária.

Quando não ocorrer alteração da frota operante ou quilometragem, a Tarifa de Remuneração será reajustada, também a cada 12 (doze) meses, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

$$RT = 0,44 \times i1 + 0,285 \times i2 + 0,175 \times i3 + 0,1 \times i4$$

Sendo RT = Reajuste da Tarifa;

i1 = a variação percentual da remuneração integral dos trabalhadores;

i2 = a variação percentual do preço do combustível;

i3 = a variação inflacionária taxa SELIC



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

i4 = a variação do IPK (Índice de Passageiros por Km);

A complementação tarifária além da prevista originalmente, no início do contrato, ocorrerá quando o valor da Tarifa Pública reajustado, e o valor da complementação tarifária mensal não equivalerem ao valor da Tarifa de Remuneração;

Fica assegurado a CONCESSIONÁRIA o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a ser pactuado por alteração contratual nos termos da Lei nº 14.133/21, em casos decorrentes de atos de conveniência da administração, em caso, extinção ou acréscimo de rotas, por motivo de integração com outros serviços.

A condição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada sempre que necessário, nos termos da legislação em vigor, para ajustá-lo tendo como marco temporal a data da Proposta.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

Será permitida a subcontratação dos serviços referentes às funções de operação, desde que parcial, e haja prévia aceitação do Concedente.

20. DA TRANSFERÊNCIA

A transferência do Contrato de Concessão deverá cumprir todas as determinações legais e dependerá de prévia anuência do Concedente.

Para obter a anuência do Concedente, o pretendente deverá:

- a) atender às exigências para habilitação previstas no Edital;
- b) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas contratuais, bem como as estipuladas pelo Edital e Contrato.

21. DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

A presente concessão poderá ser extinta nas seguintes hipóteses:

- a) Advento do Termo Contratual (prazo);
- b) Encampação, na forma da lei;
- c) Caducidade, na forma da lei, assegurando a CONCESSIONÁRIA o direito de ampla defesa;
- d) Rescisão, no caso de descumprimento de normas contratuais;
- e) Anulação; e,
- f) Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA, na forma da lei.

Extinta a concessão, retornam a CONCEDENTE todos os bens reversíveis descritos e caracterizados no contrato de concessão, e os que venham apurados quando da presente contratação, e a ser agregados, nestas condições, ao longo da vigência da concessão, direitos e privilégios transferidos à CONCESSIONÁRIA, havendo imediata assunção do objeto da concessão pelo CONCEDENTE.

Nos casos de extinção da concessão pelo advento do termo contratual ou de encampação, o CONCEDENTE antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que eventualmente possam ser devidas à CONCESSIONÁRIA.

A reversão no advento do termo contratual far-se-á com indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis eventualmente ainda não amortizados



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

ou depreciados e que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do objeto da concessão.

No caso da reversão no advento do termo contratual, 12 (doze) meses antes do termo final previsto para a vigência da concessão será instaurado processo administrativo, no qual estará assegurado a CONCESSIONÁRIA o amplo direito de defesa e o contraditório, promovendo-se os levantamentos e avaliações levando-se em consideração o último Relatório de Avaliação de Investimentos e Controle de Bens Reversíveis e demais relatórios, demonstrações e documentos apresentados pela CONCESSIONÁRIA.

Considera-se encampação a retomada do objeto da concessão pelo CONCEDENTE durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização.

A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do CONCEDENTE a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste Edital e as normas contratuais.

A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo CONCEDENTE quando:

- i. O objeto da concessão estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da boa qualidade e atualidade dos serviços do TRANSPORTE COLETIVO;
- ii. A CONCESSIONÁRIA descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;
- iii. A CONCESSIONÁRIA paralisar, injustificadamente, o objeto da concessão em qualquer de suas fases;
- iv. A CONCESSIONÁRIA perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter em adequadas condições no TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS e suas operações;
- v. A CONCESSIONÁRIA não cumprir as penalidades impostas por infrações nos prazos devidos ou não atender as intimações da CONCEDENTE para regularizar o cumprimento do contrato de concessão;
- vi. A CONCESSIONÁRIA não atender a intimação da CONCEDENTE no sentido de regularizar do serviço;
- vii. Se a CONCESSIONÁRIA for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

A declaração de caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação de inadimplência da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à respectiva CONCESSIONÁRIA, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do CONCEDENTE independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo, se couber.



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

A declaração de caducidade não acarretará qualquer espécie de responsabilidade para o CONCEDENTE em relação a encargos, ônus, obrigações, ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.

22. DA RESCISÃO CONTRATUAL

A rescisão do contrato firmado poderá ocorrer baseada nos artigos 137 e 138 da Lei Federal 14.133/2021:

Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no caput deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
- II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º deste artigo observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.

§ 4º Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

23. DA GARANTIA

As licitantes deverão prestar GARANTIA DA PROPOSTA no valor de R\$ 38.448,00 (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito reais), correspondente a 1,0 % (um por cento) do valor anual estimado dos serviços, com prazo de validade mínimo de 90 (noventa) dias, contado da data da sua apresentação.

As garantias poderão ser prestadas nas seguintes modalidades, previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

No caso da Garantia de Proposta apresentada em dinheiro, a licitante deverá providenciar o depósito em conta poupança da Comissão Permanente de Licitação – CPL no Banco do Brasil, Agência 0566-5, Conta nº 22.283-6.

A Garantia de Proposta das licitantes inabilitadas ou desclassificadas será restituída no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado a partir do encerramento das fases de habilitação e classificação técnica. No caso de interposição de Recurso Administrativo o prazo de devolução será contado a partir do julgamento definitivo.

A Garantia de Proposta das licitantes não vencedoras será restituída no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado a partir da homologação desta Concorrência.

A Garantia de Proposta da licitante vencedora será devolvida após a assinatura do Contrato de Concessão.

A Garantia de Proposta poderá ser executada se a ADJUDICATÁRIA não assinar o Contrato de Concessão, e assegurará, também, o pagamento correspondente às multas decorrentes da aplicação de sanções administrativas e também eventuais indenizações devidas pela licitante ao Município de Pinheiro, em virtude da licitação.

A Comissão de Licitação analisará a regularidade e efetividade das Garantias das Propostas.

As Proponentes que deixarem de apresentar Garantia de Proposta ou que apresentarem de forma diversa das condições estabelecidas neste Edital estarão impedidas de participar da licitação.

24. DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Ao final do Contrato de Concessão, eventuais bens ou obras públicas obtidas(os) decorrentes da prestação do serviço de transporte público coletivo, serão revertidas(os) ao CONCEDENTE, conforme art. 23, inciso X, da Lei Federal nº 8.987/1995.

Documentos Anexos:

ANEXO I.I - Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros Municipal de Passageiros por Ônibus do Município de Pinheiro (MA)

Pinheiro, 29 de maio de 2024.


Leandro Jose Serra Cantanhede

Secretario Municipal de Administração, Planejamento e Finanças



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO

RESUMO

Apresenta-se no documento a seguir um conjunto de informações, interpretações e análises que auxiliem e facilitem o processo de decisão do gestor público baseado em um Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) de transporte urbano coletivo. Para este Estudo são considerados dois enfoques: o do usuário e o do poder público. Pretende-se dessa maneira alimentar os tomadores de decisão de respostas que possam subsidiar o planejamento estratégico para implantação do novo modelo de transporte e o sistema como um todo.

INTRODUÇÃO

A busca pela mobilidade urbana sustentável, em áreas metropolitanas, resulta de um conjunto de políticas de transporte e circulação. Essas políticas visam o acesso amplo e democrático do espaço urbano, por meio da priorização dos modos de Transporte Público Coletivo de Passageiros e não motorizados de uma forma efetiva, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável (ANTP, 2003).

Com o intuito de melhorar a mobilidade urbana, algumas intervenções estratégicas no sistema de transportes são realizadas em cidades. Esse estudo é um conjunto de etapas para determinar a viabilidade (técnica, econômica e financeira) de execução de determinada obra de infraestrutura de transportes. O EVTE tem como objetivo principal apresentar a alternativa mais viável para a sociedade dentre as possíveis soluções elencadas preliminarmente para se resolver um determinado problema de infraestrutura de transportes.

O sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros municipal de passageiros por ônibus que norteará a operação concedida desse serviço público no Município de Pinheiro objetiva:

Satisfação da população em termos de atendimento de Transporte Público Coletivo de Passageiros de passageiros por ônibus municipal;

Melhoria na qualidade dos serviços, inclusive em termos de modernização da frota;

Aumento e organização das linhas, horários e itinerários;

Maior facilidade de gestão pelo Poder Concedente em termos de flexibilidade de alterações físico-operacionais no sistema para atendimento ao dinamismo socioeconômico, de ocupação e uso do solo;

Analisar conceitualmente os aspectos referentes à utilização dos modos de transporte; e,

Apresentar contribuição teórica e prática à área de conhecimento em transportes de passageiros, especificamente em avaliação de desempenho aplicada ao planejamento de transportes.

HISTÓRICO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

A cidade de Pinheiro foi fundada pelo Capitão-Mor Inácio José Pinheiro, que, em 1819, quando estava em busca de terras propícias à criação de gado, instalou uma fazenda nos campos do rio Pericumã (nome de origem tupi que significa "o junco do alagadiço"), local que foi a gênese do município que surgiria mais tarde com o nome de Pinheiro, em homenagem ao seu fundador. Foi elevada à categoria de cidade, pela Lei nº 911, de 30 de março de 1920.

Localizada na Mesorregião Norte Maranhense, mais precisamente na Microrregião da Baixada Maranhense, Pinheiro, segundo estimativas do IBGE-2012, conta com uma população de 79.566 habitantes distribuída em uma área de 1.466 km², tendo, por conseguinte, uma densidade demográfica de 52,64 hab./km². É a cidade mais populosa da região, e também considerada Polo de desenvolvimento da Baixada Maranhense.

O rio Pericumã, além de um dos sustentáculos econômicos, é a principal fonte de recursos hídricos. Circunda quase toda a cidade, numa extensão de cerca de 160 km, desde a sua nascente na lagoa da Traíra, até seu encontro com o mar, na baía do Cumã. É também um rio navegável por suas águas profundas, que facilita o escoamento da produção agrícola e animal da região. A boa produtividade de pescado serve de base para a alimentação das famílias ribeirinhas.

A economia do município ocupa a 12ª colocação no estado, caracterizada pela exploração de atividades primárias da cadeia produtiva, pela área de serviços e comércio. O setor secundário tem pouca relevância na economia local, devido ao baixo índice de industrialização do município. Contrastando com esta situação, o setor terciário destaca-se como o mais importante dentro do conjunto de forças econômicas.

O distrito foi criado com a denominação de Pinheiro pela Lei Provincial n.º 370, de 26-05-1855, subordinado ao município de Guimarães.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Pinheiro pela Lei Provincial n.º 439, de 03-09-1856, sendo desmembrado de Guimarães. Sede na atual vila de Pinheiro. Constituído do distrito sede. Sem data de instalação.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, aparece constituído de 3 distritos: Pinheiro, Bom Viver e Pacas. Elevado à condição de cidade com a denominação de Pinheiro pela Lei Estadual n.º 911, de 30-03-1920.

Pelo Decreto Estadual n.º 268, de 19-04-1932, o município de Pinheiro adquiriu o extinto município de Santa Helena.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933 o município é constituído de 2 distritos: Pinheiro e Santa Helena, não figurando os distritos de Bom Viver e Pacas. O Decreto n.º 919, de 30-09-1935, desmembra do município de Pinheiro o distrito de Santa Helena, elevado novamente à categoria de município.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937 o município é constituído do distrito sede.

Pela Lei Estadual n.º 269, de 31-12-1948, é criado o distrito de Roque e anexado ao município de Pinheiro.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960 o município é constituído de 2 distritos: Pinheiro e Roque. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

Na saúde, consta, em dados oficiais, que o município de Pinheiro é um Centro de Referência da região da Baixada Maranhense nos serviços médico-hospitalares, odontológicos, fisioterapêuticos, laboratoriais e centros de diagnóstico por imagem.



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

Figura 01 – Mapa de localização do município



Fonte: Autoria Própria, 2023.

DO ASPECTO DEMOGRÁFICO E SÓCIOECONÔMICO

O Estado do Maranhão situa-se na Região Nordeste do Brasil, que no termos de produto interno bruto, é o quarto estado mais rico da Região Nordeste do Brasil e o 17º estado mais rico do Brasil. As principais atividades econômicas são a indústria (o trabalho de transformar alumínio e alumina, celulose, alimentícia, madeireira), os serviços, o extrativismo vegetal (babaçu), a agricultura (soja, mandioca, arroz, milho) e a pecuária. Possui um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, com 0,687 pontos.

Dados do IBGE mostram a taxa de crescimento do PIB do Maranhão em comparação com a taxa de crescimento do PIB do Brasil. A partir de 2003, somente nos anos da crise (2008 e 2009) o crescimento do Maranhão foi menor que o do Brasil, pois, proporcionalmente, a economia local é muito mais vulnerável às flutuações externas, dado a quase que total dependência de sua economia à exportação de commodities.

O Estado tinha em 2010 uma população estimada pelo IBGE em 6.574.789 habitantes, ocupando uma área de 331.983,293 km², dividida em 217 municípios. A sua densidade demográfica média era, portanto, de 19,81 habitantes/km².

O município de Pinheiro está localizado na mesorregião Norte Maranhense e microrregião Baixada de Pinheiro, fazendo limite ao norte com os municípios de Santa Helena, Mirinzal e Central do Maranhão; ao Sul com os municípios de Pedro do Rosário e São Bento; ao Leste com os municípios de Bequimão, Peri-Mirim e Palmeirândia; e ao Oeste com os municípios de Santa Helena e Presidente Sarney.

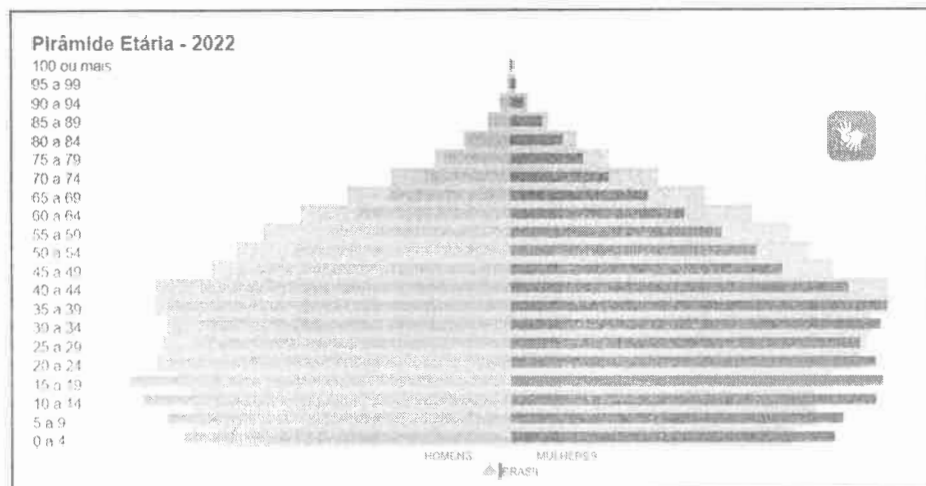
A área do município é de 1.512,969 km², a densidade populacional é de 55,93 hab./km² e o PIB em 2020 é de R\$ 10.907,53 (52º do Maranhão).

A população em Pinheiro em 2022 é de 84.621 habitantes, segundo a última estimativa divulgada pelo IBGE. A tabela abaixo apresenta a pirâmide etária do município:

Figura 2 -Pirâmide etária de Pinheiro – MA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO



Fonte:
2022.
DESCRIÇÃO
SISTEMAS
PÚBLICOS
EXISTENTES
Saúde

IBGE,
DOS

De acordo com a Seção II da Constituição Federal de 1988, no seu TÍTULO VIII, da Ordem Social aborda sobre o tema saúde, em que no artigo 196 dessa seção relata que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada constituindo, assim, um sistema único, organizado de acordo com as diretrizes:

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III - participação da comunidade.

O financiamento ocorre por meio dos recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. Segundo a Lei Nº 8.142 de 1990 prevê o repasse financeiro da União para os municípios no valor de 70% para financiar a saúde pública. Mas, para tal, precisa contar com o fundo de saúde, conselho de saúde com composição paritária, plano de saúde, relatório de gestão, contrapartida de recursos para a saúde no orçamento municipal e comissão de elaboração de plano de carreira, cargos e salários previsto para o prazo de doía anos para sua implantação.

O Sistema Único de Saúde é o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, incluindo também as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde (LEI, 8080/1990).

O SUS contempla as competências dos municípios, conforme a Lei 8.080/1990 em seu a Artigo 18 que são:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

De acordo com o Artigo 18 da Lei 8080/1990 explana que o SUS contempla as competências dos municípios que são:

I - planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde;

II - participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde - SUS, em articulação com sua direção estadual;

III - participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

IV - executar serviços:

a) de vigilância epidemiológica;

b) de vigilância sanitária;

c) de alimentação e nutrição;

d) de saneamento básico; e

e) de saúde do trabalhador.

V - dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde;

VI - colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes, para controlá-las;

VII - formar consórcios administrativos intermunicipais;

VIII - gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros;

IX - colaborar com a União e os Estados na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;

X - observado o disposto no Art.26 desta Lei, celebrar contratos e convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, bem como controlar e avaliar sua execução;

XI - controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde;

XII - normatizar complementarmente as ações e serviços públicos de saúde no seu âmbito de atuação".

Diante das competências do SUS o município de Pinheiro está organizado conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei 8080/1990 entre outras legislações pertinentes à saúde. Para atender sua população na área da saúde o município possui equipes de saúde que executam as ações de atenção básica.

De acordo com Manual para a Organização da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde (Portaria GM/MS nº 3.925, de 13 de novembro de 1998) a atenção básica é um conjunto de ações, de caráter individual ou coletivo, situadas no primeiro nível de atenção dos sistemas de saúde, voltadas para a promoção da saúde, prevenção de agravos, tratamento e reabilitação.

Essas ações não se limitam àqueles procedimentos incluídos no Grupo Assistência Básica da tabela do SIA/SUS, quando da implantação do Piso da Atenção Básica. A ampliação desse conceito se torna necessária para avançar na direção de um sistema de saúde centrado na qualidade de vida das pessoas e de seu meio ambiente.

Educação



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Na educação, o município dispõe de rede de ensino, desde a educação infantil até o ensino médio, apresentando nota de 4,2 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Na última década, houve um aumento significativo na oferta de cursos profissionalizantes. Na educação superior destaca-se a abertura de cursos de licenciaturas, não havendo, contudo, investimentos na oferta de cursos nas áreas de saúde e tecnologias, em virtude das dificuldades geográficas da região.

MATRÍCULAS	
Ensino infantil	4.252
Ensino fundamental	13.380
Ensino médio	4.055

Tabela 1 – Matrículas no município de Pinheiro

Fonte: IBGE, 2023.

Tabela 2 – Escolas no município de Pinheiro.

Fonte: IBGE, 2023.

ESCOLAS	
Ensino infantil	122
Ensino fundamental	129
Ensino médio	15

IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA SOCIAL DA COMUNIDADE
Postos de saúde

A Secretaria Municipal de Saúde que está ampliando seus serviços de ambulatório especializado. Além de já contar com os atendimentos no Hospital Regional Dr. Antenor Abreu, é um hospital público municipal, atendendo casos de baixa e média complexidade. O município conta também com o Hospital Regional Jackson Lago, da



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

rede estadual, que atende casos de média e alta complexidade, com diversos especialistas.

Imagem 01- Hospital Regional de Pinheiro



Abaixo segue a lista de Unidade Básica de Saúde (UBS) em Pinheiro – MA:

UBS Kiola Sarney
 UBS - Unidade Básica de Saúde João Castelo
 Unidade Básica de Saúde - UBS Campinho
 UBS - Unidade Básica de Saúde Pacas
 Unidade Básica de Saúde - Sete
 UBS - Unidade Básica de Saúde - Purão Grande
 UBS Purão Grande
 UBS Residencial Coqueiro
 UBS Paraíso
 Unidade de Saúde Mista - Dr Nicolau Amate
 UBS Coco
 Unidade de Saúde da Família Mário Nunes Diniz
 Posto De Saúde Matriz
 Unidade básica de saúde Matriz



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE (MORTALIDADE)

Segundo os dados do IBGE (2020), a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 13.47 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 1.8 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 110 de 217 e 179 de 217, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1981 de 5570 e 1659 de 5570, respectivamente.

DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE EDUCAÇÃO IDEB

O Ideb é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil. Para fazer essa medição, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) utiliza uma escala que vai de 0 a 10. A meta para o Brasil é alcançar a média 6.0 até 2021, patamar educacional correspondente ao de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Suécia.

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

O Ideb 2021 nos anos iniciais da rede pública cresceu, mas não atingiu a meta e não alcançou 6,0 como podemos observar no gráfico abaixo. Tem o desafio de garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Imagem 02- Ideb Pinheiro

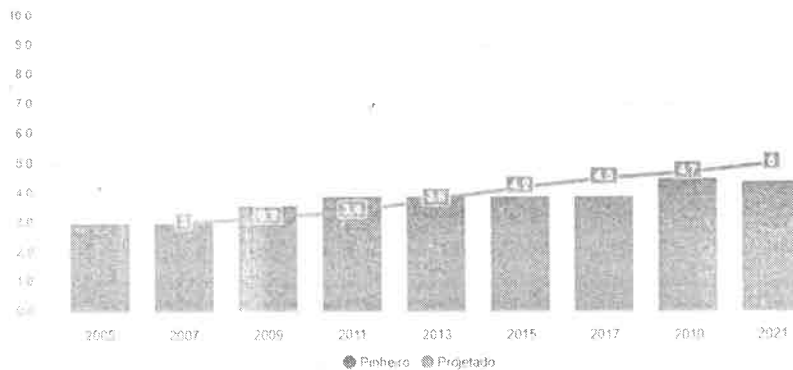
Aprendizado		Fluxo		IDEB
4,57	X	0,96	=	4,4
<small>Quanto maior o valor, maior a aprendizagem</small>		<small>Quanto maior o valor, maior a aprovação</small>		<small>Meta 6</small>

Fonte: QEd.org.br. Dados do Ideb/Inep (2021).

Gráfico 1- Evolução do Ideb em Pinheiro



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO



Fonte: QEdU.org.br. Dados do Ideb/Inep, 2021.

Indicadores de fluxo escolar

Os indicadores de fluxo escolar na educação básica representam um grande monitoramento da educação e na condução das políticas públicas e só são possíveis a partir da metodologia de coleta de dados individualizados, adotada pelo Censo Escolar desde 2007, e que permitiram um acompanhamento do estudante ao longo de sua trajetória escolar. Uma das principais contribuições é a possibilidade de acompanhar os indicadores de todo o território nacional. Em Pinheiro o indicador de fluxo é 0,98, ou seja, a cada 100 alunos, 2 não foram aprovados.

Indicador de Aprendizado

O indicador de aprendizado varia de 0 até 10 e quanto maior, melhor. Porém o 10 é praticamente inatingível - significaria que todos os alunos obtiveram rendimento esperado.

Pinheiro obteve o indicador de aprendizado de 4,98, nota padronizada em português e matemática de acordo com a Prova Brasil.

A Escala Saeb varia dependendo da disciplina e da etapa escolar. As habilidades mais complexas em português estão concentradas nas pontuações que variam entre 168,6 e 187,49 de 2005 a 2021; e em matemática nas pontuações que variam entre 172,2 e 189,01.

Quadro 1- Escala Saeb de Pinheiro

Português		Matemática	
Média da	Proficiência	Média da	Proficiência
187,49		189,01	

Fonte: QEdU.org.br. Dados do Ideb/Inep, 2021.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Pinheiro é 0,637, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,771, seguida de Renda, com índice de 0,579, e de Educação, com o mesmo índice.

Índice da dimensão Longevidade, é um dos 3 índices que compõem o IDHM. É obtido a partir do indicador Esperança de vida ao nascer, através da fórmula: $[(\text{valor observado do indicador}) - (\text{valor mínimo})] / [(\text{valor máximo}) - (\text{valor mínimo})]$, onde os valores mínimo e máximo são 25 e 85 anos, respectivamente.

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE

Atualmente, a cidade de Pinheiro dispõe de uma proposta para implantação do transporte público, isso em razão das demandas dos pontos centrais do ensino superior e escolas de ensino técnico/profissionalizante, do fluxo dos bairros com os centros, das residências dos conjuntos habitacionais do Programa Federal "Minha Casa, Minha Vida", que se localiza em bairros mais distantes, entre outros.

Após a realização reivindicações sobre a implantação do sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros no Município chegou-se a definição de 1 itinerário, nos 2 sentidos (ida e volta) com 24 km na rota de ida e volta, totalizando 48 km, conforme o detalhamento da linha Grande Circular e rotas.

São isentos do pagamento da tarifa, devendo a Concessionária realizar o transporte sem a cobrança de qualquer importância:

- a) as pessoas maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;
- b) crianças com até 07 (sete) anos, acompanhadas de pessoa responsável, pagante, desde que ocupem o mesmo assento;
- c) deficientes físicos portadores de tetraplegia, paraplegia, hemiplegia espástica e amputados em 1/3 ou mais de ambos os membros inferiores constatado por exame realizado por fisiatra, reumatologista e/ou ortopedista e
- d) deficientes visuais com cegueira total.

Para fazer jus às gratuidades, os postulantes precisam se cadastrar junto à concessionária, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- i. Original e Cópia do Laudo Médico que ateste a Deficiência e o Grau de Comprometimento da Mesma;
- ii. Cédula de Identidade;
- iii. Comprovante de Domicílio em Pinheiro, em nome do titular do Cartão ou de um Parente de primeiro grau.

O Cartão de Gratuidade será revalidado anualmente, ocasião essa em que será exigida a presença do titular do Cartão, um novo laudo médico e o comprovante atualizado de residência.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Terão direito ao Cartão de Transporte Estudantil, com redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da tarifa praticada, os alunos matriculados nas redes públicas ou privadas, de ensino fundamental, médio e superior, para utilização exclusiva no Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Pinheiro.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E HABITAÇÃO, por si própria ou mediante delegação à empresa contratada, fica responsável pela expedição dos Cartões de Transporte Estudantil, sendo que a 1ª Via será expedida de forma gratuita ao usuário.

O custo da 2ª Via será de 6 (seis) tarifas do maior nível vigente, valor esse a ser pago no ato de sua solicitação de emissão pelo titular do Cartão.

As Gestantes **não ficam** isentas de pagamentos, apenas ficam dispensadas de passarem na roleta de cobrança.

Algumas características da frota foram especificadas tais como, a lotação mínima de 40 passageiros sentados, veículos têm que satisfazer as normas do Código Nacional de Trânsito, as legislações vigentes Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Conselho Nacional de Metrologia (CONMETRO), Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e entre outros.

Com objetivo de subsidiar a formulação de propostas apresentam-se, a seguir, dados e informações que possibilitem traçar o perfil do sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros de Pinheiro. Ficou definido um percurso principal com as devidas adequações de binários e vias de mão única para sistema de ida e volta para o transporte público, como pode ser observada na tabela e figuras abaixo:

Quadro 02: de atendimento pelo Transporte Público Coletivo de Passageiros de Pinheiro – Serviço de Transporte Público Convencional.

Linha		Itinerário	Distância
1	PACAS	PACAS – CENTRO VIA RODOVIÁRIA	21,0 Km
2	RES COQUEIROS	RESIDENCIAL COQUEIROS – CENTRO VIA RODOVIÁRIA	13,0 Km





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

LINHA 01 - PACAS
ITINERÁRIO – PACAS – CENTRO - RODOVIÁRIA

Figura 03: Linha 1 – Pacas – Centro via Rodoviária

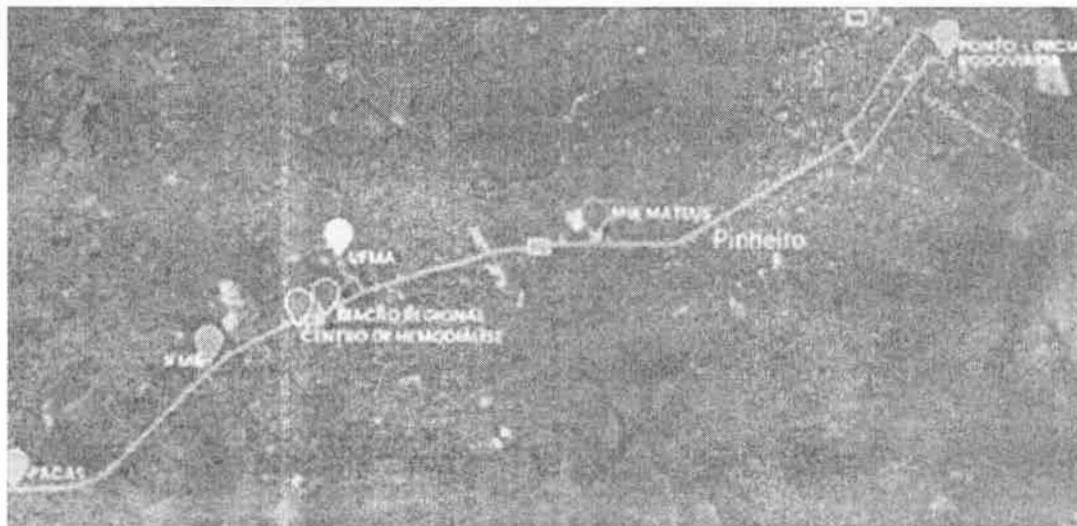


Imagem 04: Praça de Pacas





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Imagem 05: Instituto Federal do Maranhão - IFMA





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Imagem 06 – Hospital Regional da Baixada Maranhense Dr. Jackson Lago



Imagem 07 – Linha 2 – Residencial Coqueiros – Centro via Rodoviária



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

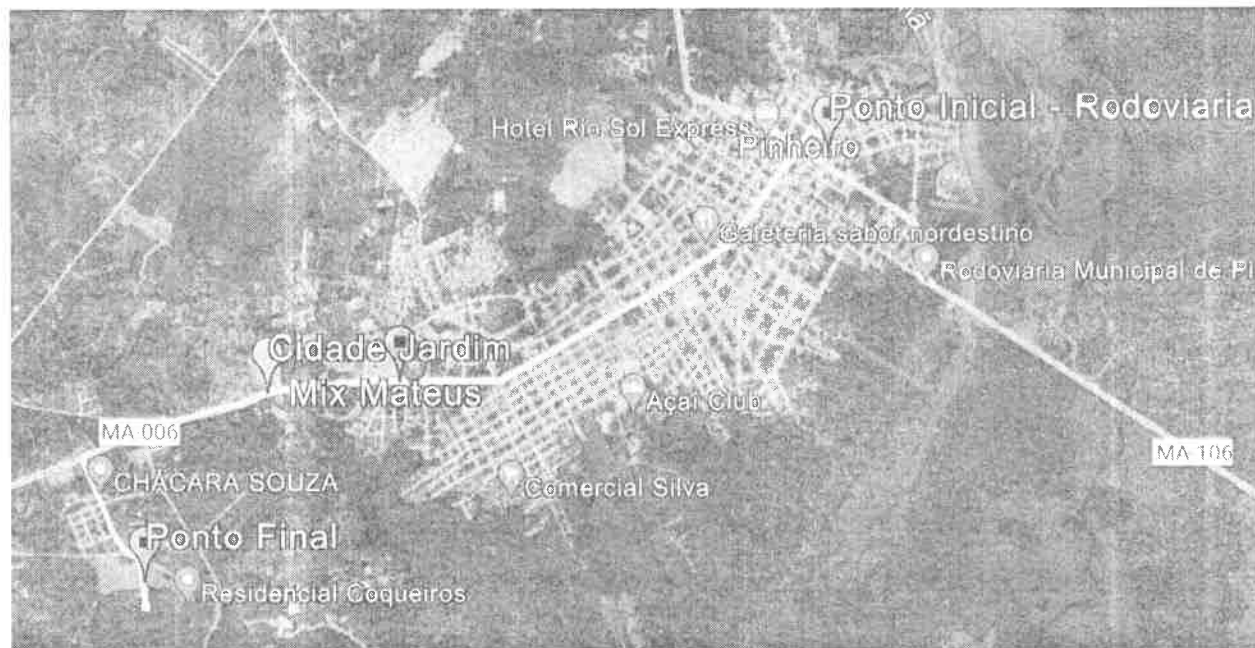


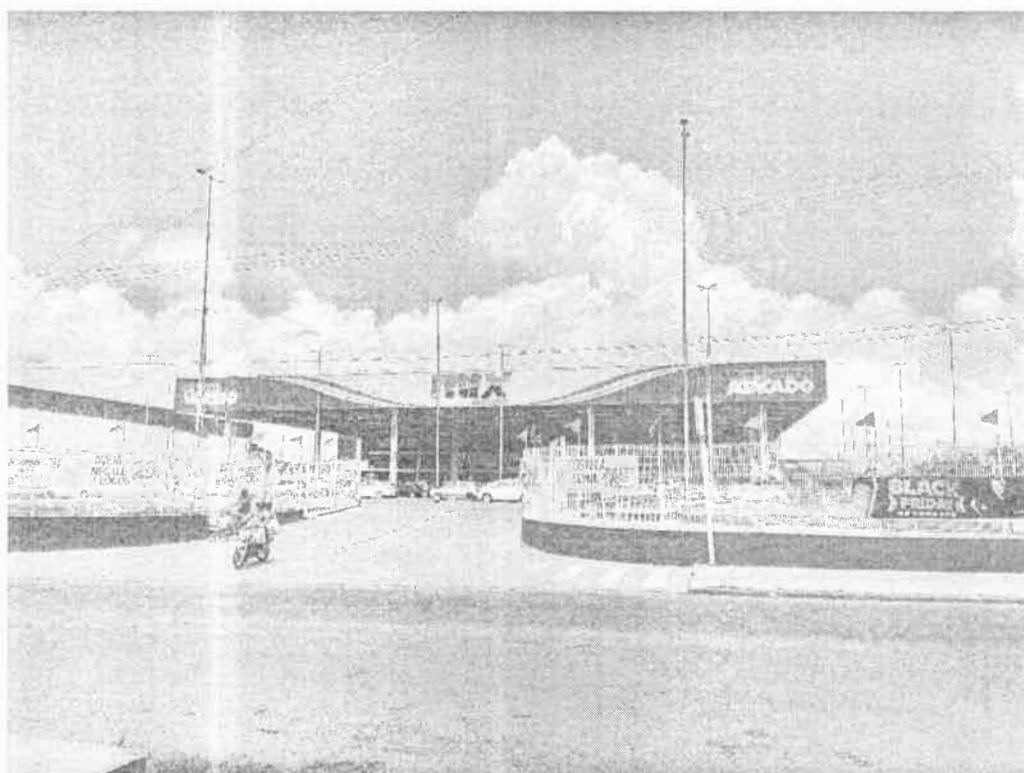
Imagem 08 – Universidade Federal do Maranhão – UFMA





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Imagem 09: Supermercado Mix Mateus





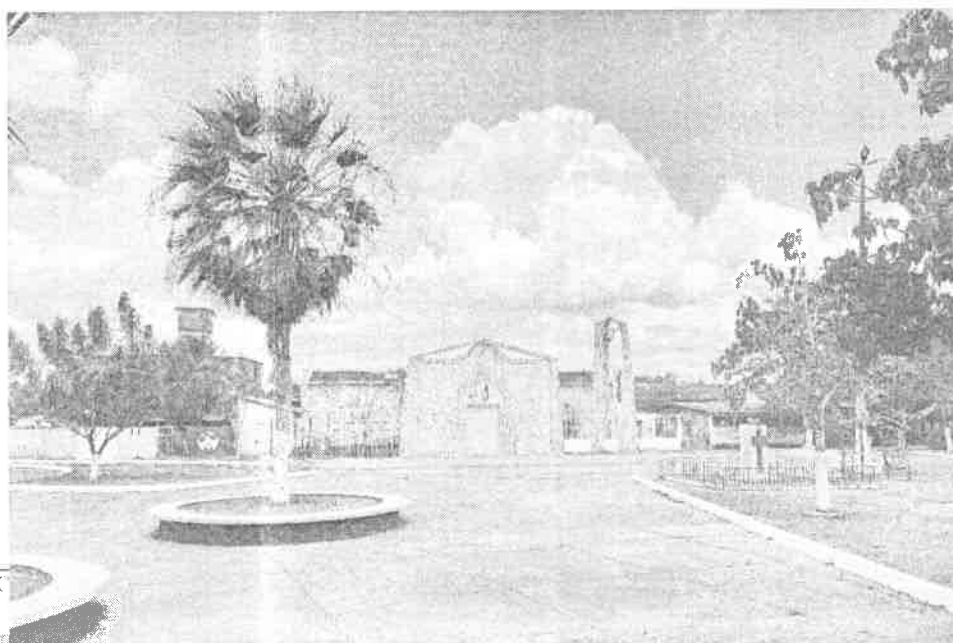
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Imagem 10: TerraZoo



Imagem 11: Praça dos Moraes

Imagem 11: Praça São José





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

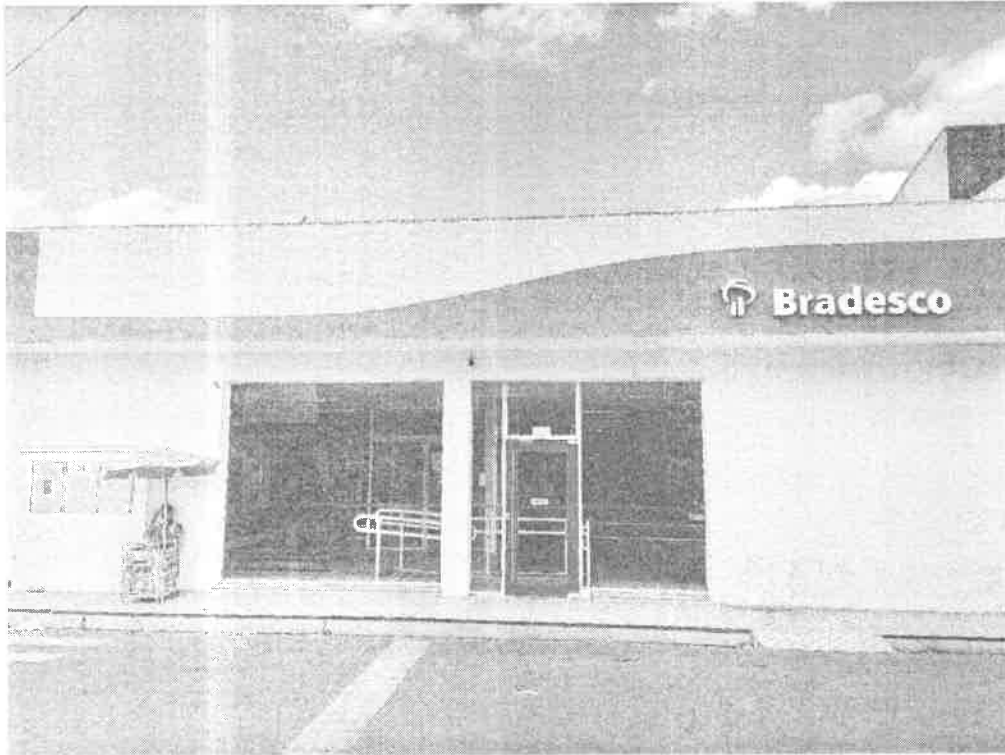
Imagem 12: Parque Babaçu





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Imagem 13: Banco do Bradesco





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

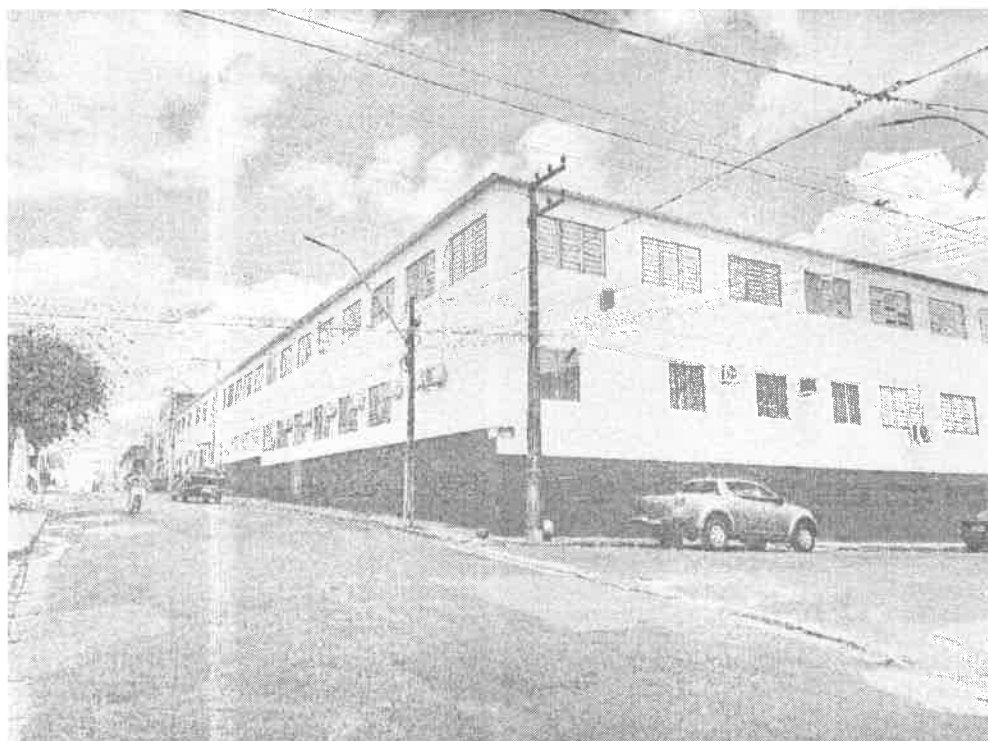
Imagem 14: Equatorial Energia





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Imagem 15: Escola Pinheirense





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Imagem 16: Terminal Rodoviário de Pinheiro





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Imagem 17: Câmara Municipal de Pinheiro





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

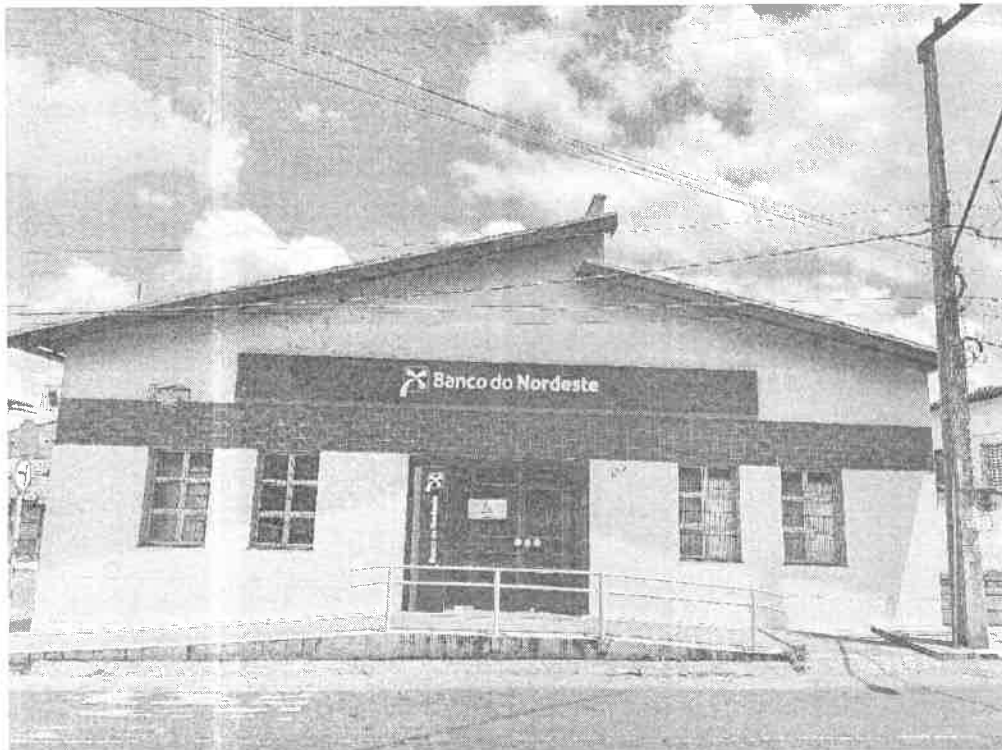
Imagem 18: Centro Universitário UNINTER





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

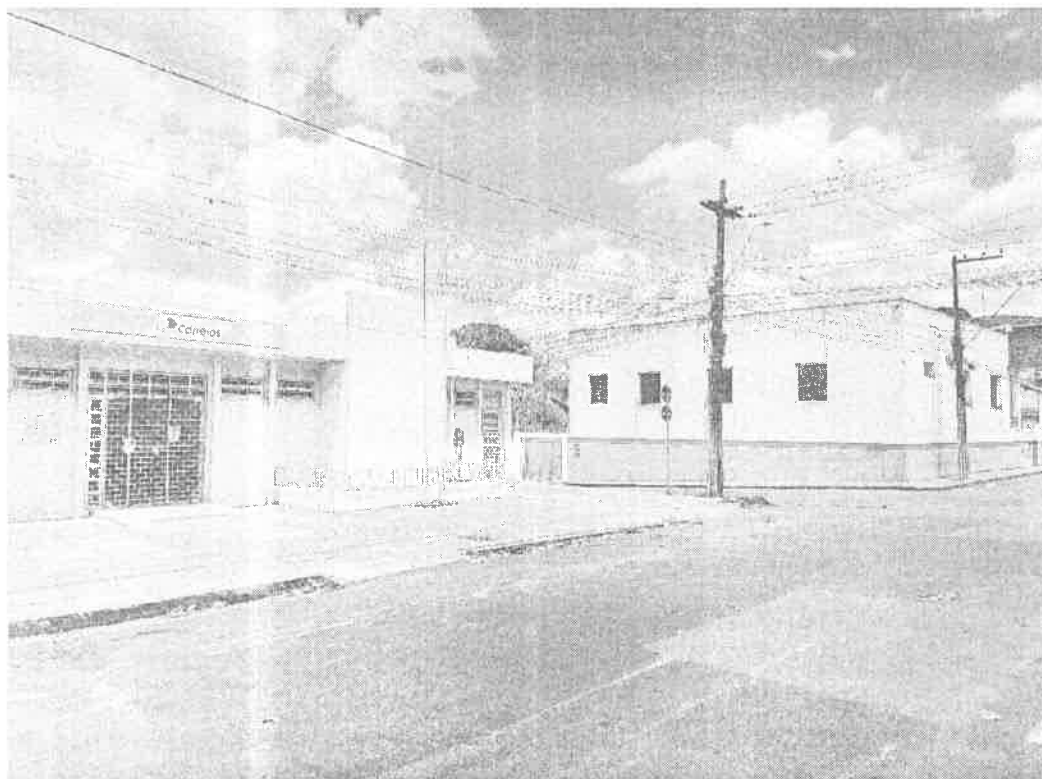
Imagem 19: Banco do Nordeste





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

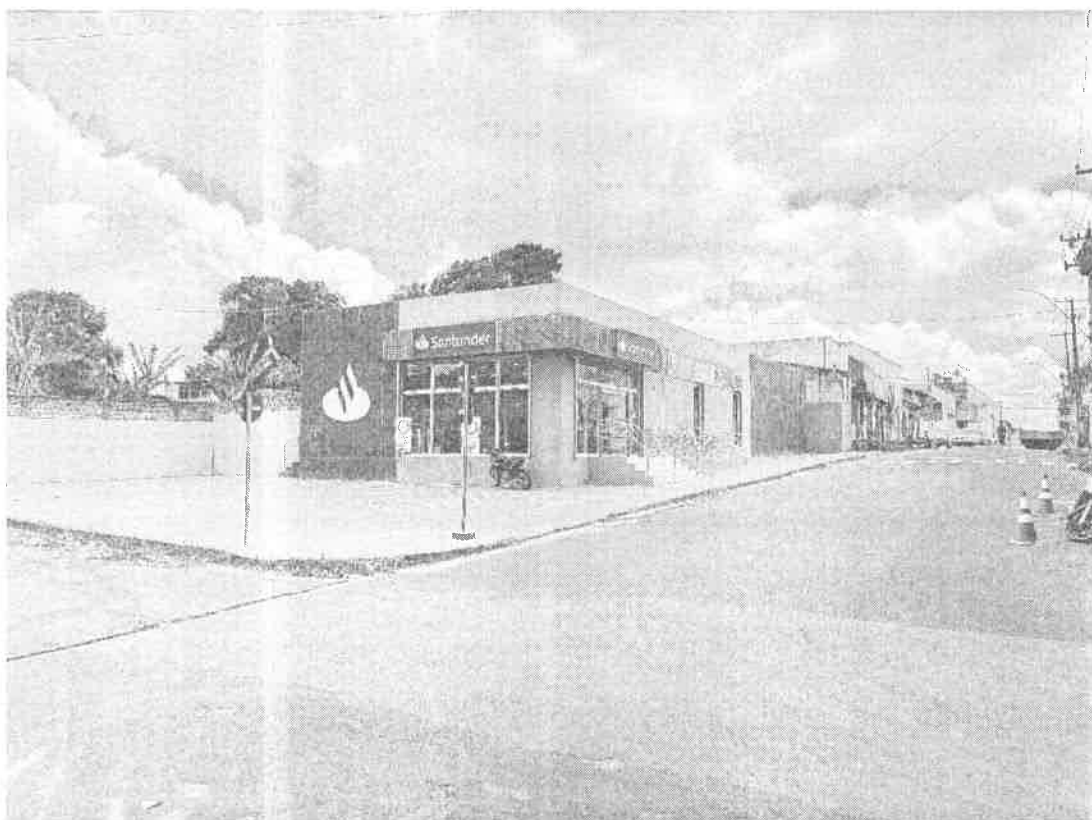
Imagem 20: Correios e Gabinete do Prefeito





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Imagem 21: Banco Santander





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Imagem 22: Banco Sicoob





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

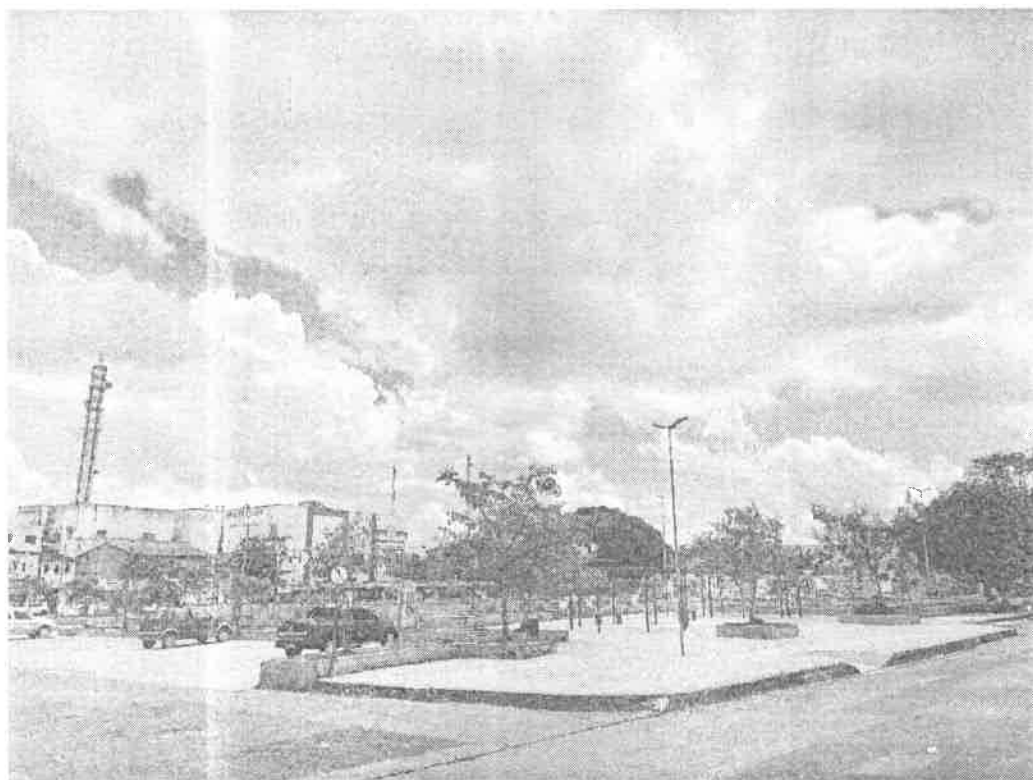
Imagem 23: Panificadora Vitória





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Imagem 24: Praça Centenário



Para maior eficiência do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros de Pinheiro, fica definida a priorização da instalação da garagem de apoio e manutenção mecânica da frota no perímetro urbano do Município. Será facultada a localização da garagem à empresa vencedora, que caso não priorize esta proximidade indicada no Estudo de Viabilidade. Entretanto, a mesma assumirá os custos operacionais decorrentes do distanciamento da garagem, sem possibilidade de reajustes diretamente relacionados a esta distância adicional.

DA FROTA

A frota de ônibus para atendimento ao Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros do Município de Pinheiro, deverá ser composta por 10 (dez) veículos, sendo 8 (oito) operacionais e 02 (dois) reservas, nos termos do Artigo 25, § 1º, da Lei Municipal nº 2.889/23.

A frota operacional é a frota necessária para operar os quadros de horários estabelecidos, enquanto que a frota reserva é a que deve ser considerada no cálculo dos custos do serviço. Independente do número de veículos cadastrados, a frota vinculada ao serviço é por definição técnica a frota operacional + a reserva técnica.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

O quantitativo da frota operacional necessária para operar os serviços foi calculado com base nos quadros de horários e alocação de frota para cada linha do sistema.

Frota a ser alocada

Serviço	Frota Operacional	Reserva Técnica	Frota total
Urbano	8	2	10

A distribuição da frota operacional por linha, conforme alocação supra, é apresentada a seguir:

Linha	Frota	Tipo
Linha 01 - PACAS – CENTRO	05	Urbano
Linha 02 - COQUEIROS – CENTRO	03	Urbano

As características mecânicas do ônibus devem ser de acordo com a sua classificação, conforme a tabela abaixo do anexo B da ABNT 15570/2011:

Classificação	Comprimento máximo [mm]	Largura [mm]	PBT mínimo [kg]
Ônibus Básico	14000	2600	16000
Micro-Ônibus	7400	2380	5000

Classificação	Potência mínima (kW/tmin)	Torque mínimo (Nm/t min)	Posição do motor	Transmissão	Suspensão	Tanque
Ônibus Básico	9	45	Dianteiro	Manual ou Automática	Mecânica	01 (um) de no mínimo 120 litros
Micro-Ônibus	11	45	Dianteiro	Manual ou Automática	Mecânica	01 (um) de no mínimo 120 litros

Em relação ao comprimento, a largura externa e o PBT dos veículos devem estar em conformidade com a tabela abaixo, de acordo com o Anexo B da ABNT NBR 15570/2011:

Classificação	Comprimento máximo [mm]	Largura [mm]	PBT mínimo [kg]
Ônibus Básico	14000	2600	16000
Micro-Ônibus	7400	2380	5000

Observação: Outras configurações referentes ao comprimento e à largura poderão ser admitidas pelo órgão gestor, após análise de viabilidade.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Todos os veículos deverão atender as Resoluções, Normas Técnicas e Legislação específica da indústria de fabricação de chassis e carroceria, além das mencionadas a seguir, e ainda novas legislações que vierem a ser publicadas ou alteradas:

Lei Federal nº 9.503/97 de 23/09/97 instituindo o novo Código de Trânsito Brasileiro.

Lei Federal nº 10.048/2000, da prioridade de atendimento às pessoas específicas.

Lei Federal nº 10.098/2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Decreto Federal nº 5.296/04, regulamenta a Lei Federal nº 10.048, que trata da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida.

Resolução CONMETRO 01/93, estabelecendo o Regulamento Técnico para construção de carroçarias dos ônibus urbanos.

Resolução CONAMA 18/86 e suas alterações, instituindo o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.

Resolução CONAMA 01/93 e suas alterações, estabelecendo limites máximos de ruído.

Resolução CONAMA 06/93 e suas alterações, dispondo sobre divulgação das recomendações e especificações dos sistemas dos veículos ao público em geral.

Resolução CONAMA 07/93 e suas alterações, dispondo sobre diretrizes básicas e padrões de emissão para o estabelecimento de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso –I/M.

Resolução CONAMA 08/93 e suas alterações, estabelecendo os limites máximos de emissão de poluentes para os motores.

Resolução CONTRAN 680/87, estabelecendo requisitos para o sistema iluminação e sinalização de veículos.

Resolução CONTRAN 14/98, estabelecendo os equipamentos obrigatórios para frota de veículos em circulação.

Resolução CONTRAN 764/92, regulando a aposição de películas nas áreas envidraçadas dos veículos.

Resolução CONTRAN 777/93, dispondo sobre a adoção das Normas ABNT, como método de ensaio e requisitos mínimos para avaliação do sistema de freios.

Resolução CONTRAN 784/94, regulamentando o uso e estabelecendo requisitos para vidros de segurança.

Resolução CONTRAN 811/96, estabelecendo requisitos de segurança para veículos de transporte coletivo.

Resolução CONTRAN 084/98, estabelecendo normas referentes a inspeção técnica de veículos.

Norma ABNT NBR 6.606/80 e suas alterações, dispondo sobre os padrões ergonômicos.

Norma ABNT NBR 10.756/89, estabelecendo posicionamento do bocal de saída da tubulação de escape.

Norma ABNT NBR 11.535/95, dispondo sobre veículos convertidos para uso de Gás Metano Veicular (GMV).

Resolução CONTRAN Nº 157, de 22/04/2004, fixando especificações para extintores de incêndios nos veículos automotores.

Norma ABNT NBR Nº 14022 – Transporte – Acessibilidade à pessoas portadoras de deficiência em ônibus e trólebus, para atendimento urbano e intermunicipal.





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Norma ABNT NBR Nº 15570 que trata das especificações técnicas para a fabricação de veículos de características urbanas para Transporte Público Coletivo de Passageiros de Pinheiro - MA.

DEMANDA DE PASSAGEIROS

Os dados levantados a partir de estudos de campo realizados, apresenta-se a seguir as principais informações referentes aos passageiros-mês a serem transportados e passageiros equivalentes.

ITINERÁRIO	TOTAL DE PASSAGEIROS URBANO		% DO TOTAL
Linha 01 - PACAS - CENTRO	Inteira	32.550	52,3%
	Meia	9.300	
	Gratuidade	9.300	
Linha 02 - COQUEIROS - CENTRO	Inteira	29.750	47,7%
	Meia	8.500	
	Gratuidade	8.500	
PASSAGEIROS TRANSPORTADO	Inteira	62.300	100%
	Meia	17.800	
	Gratuidade	17.800	

TARIFA

Todo Sistema de Transporte precisa encerrar o exercício em equilíbrio entre a receita e o custo. Tarifa é a nomenclatura para determinar a fonte de receita do sistema. A Tarifa que equivale a totalidade do custo é chamada TARIFA DE REMUNERAÇÃO, enquanto a passagem paga pelos usuários é chamada de TARIFA PÚBLICA.

A TARIFA DE REMUNERAÇÃO é diferente da TARIFA PÚBLICA quando a segunda não consegue atingir o valor necessário para custear o Sistema de Transporte. Nestes casos, a TARIFA DE REMUNERAÇÃO é composta pela TARIFA PÚBLICA e esta diferença financeira necessária para equilibrar a relação entre receita e custo.

RECEITA DO SISTEMA

O Sistema de Transporte Urbano de Pinheiro foi desenhado de forma a cobrir toda a parte urbanizada da cidade. No início da implantação, a TARIFA PÚBLICA terá o seu valor máximo fixado em R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos), ao passo que, em havendo a necessidade econômica, comprovada através do Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira da Concessão, que conterà o Custo Operacional e a Taxa Interna de Retorno - TIR, haverá a complementação para que seja atingido o valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO.

CUSTO DO SISTEMA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

O custo operacional calculado toma por base um carregamento de passageiros por viagem, em dias úteis, sábados, domingos e feriados. Este carregamento não tem base histórica, visto que nunca houve este modal na cidade de Pinheiro. Por isso, tomou-se o carregamento de uma cidade com as mesmas características, e considerou-se o mesmo carregamento para a base de cálculo tarifário.

i, e referências dos preços a seguir para item de manutenção e operação na realização da composição resumo da tarifa do transporte coletivo.

O custo do Sistema de Transporte Urbano de Pinheiro é o resultado da soma do custo fixo (remuneração e depreciação dos veículos, folha de pagamento, tributos, garagem, entre outros) com o custo variável (pneus, peças, combustível, horas extras, entre outros) do transporte da cidade a exemplo do que segue na planilha abaixo.

RESUMO DA TARIFA DE TRANSPORTE COLETIVO	
R\$5,00	Preço de um litro de combustível
R\$3,50	Preço de um litro de Arla 32
R\$18,90	Lubrificante
R\$2.500,00	Preço de um pneu novo para micro ônibus
R\$2.500,00	Preço de um pneu novo ônibus convencional
R\$645,00	Preço de uma recapagem para micro ônibus
R\$645,00	Preço de uma recapagem p/veículo convencional
R\$195.000,00	Preço ponderado de um chassi novo p/ Micro ônibus
R\$255.000,00	Preço ponderado de um chassi novo p/veíc. Convencional
R\$300.000,00	Preço ponderado de uma carroceria nova p/ Micro ônibus
R\$350.000,00	Preço ponderado de uma carroceria nova p/veíc. Convencional
R\$495.000,00	Preço total de um Micro ônibus
R\$605.000,00	Preço total veículo Convencional
R\$490.000,00	Preço total de um Micro ônibus sem rodagem
R\$590.000,00	Preço total veículo Convencional sem rodagem
R\$ 3.836,79	Salário motorista + Benefícios + Encargos sociais
R\$ 2.933,62	Salário fiscal/despachante + Benefícios + Encargos sociais
R\$ 3.836,79	Salário mecânico + Benefícios + Encargos sociais
R\$3.720,00	Despesa anual com seguro resp. civil por veículo
R\$481,49	Despesa anual com seguro obrigatório por veículo
R\$511,56	Desp. mensal Tecnologia embarcada (SBA-SCO) por veículo
R\$8.000,00	Despesa Operacional Mensal do Sistema com Venda de Créditos Estudantis
R\$10.565,70	Remuneração Diretoria (R\$/mês) para o Sistema
10	Frota Operante do Sistema de Pinheiro
R\$104.612,00	Folha de Pagamento Total do Sistema sem Encargos
R\$310,00	Seguro Responsabilidade Civil/Veíc./Mês
R\$40,12	Seguro Obrigatório/Veíc/Mês



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

Na tabela abaixo mostra o custo total anual do sistema de transporte, onde apresentam as despesas dos insumos básicos, veículos, manutenção entre outros, possibilitando o cálculo médio das despesas mensais.

COMPONENTE	VALOR ANUAL	VALOR MENSAL
Salários e Encargos Diretos	R\$ 1.359.956,00	R\$ 104.612,00
Frota de Veículos	R\$ 2.271.031,20	R\$ 189.252,60
Combustíveis e Lubrificantes	R\$ 1.629.926,40	R\$ 135.827,20
Pro Labore de Diretoria	R\$ 126.788,40	R\$ 10.565,70
Seguros em Geral	R\$ 42.014,40	R\$ 3.501,20
Sistema e Tecnologia	R\$ 157.387,20	R\$ 13.115,60
TOTAL	R\$ 5.587.103,60	R\$ 456.874,30

Este custo está estratificado no Anexo da Lei 2.889/23, que planilha todos os índices a fim de atingir o custo total calculado para cada mês, e, por conseguinte, a remuneração necessária para equilibrar financeiramente este mesmo sistema, conforme a tabela abaixo que determina os encargos trabalhistas.

TOTAL DA REMUNERAÇÃO (R\$)					
ENCARGOS SOCIAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO		SALÁRIO MOTORISTA	SALÁRIO FISCAL/DESPACHANTE	SALÁRIO MECÂNICO	
GRUPO A		R\$1.874,00	R\$1.320,00	R\$1.874,00	
A.01 INSS	20,000%	R\$374,80	R\$264,00	R\$374,80	
A.02 FGTS	8,000%	R\$149,92	R\$105,60	R\$149,92	
A.03 FGTS multa rescisória	4,000%	R\$74,96	R\$52,80	R\$74,96	
A.04 SISTEMA "S"	3,300%	R\$61,842	R\$43,56	R\$61,842	
A.05 INSS sobre 13° e férias	3,400%	R\$63,71	R\$44,88	R\$63,71	
A.06 Salário Educação	2,500%	R\$46,85	R\$33,00	R\$46,85	
A.07 Riscos Ambientais do Trabalho – RAT/SAT	3,000%	R\$56,22	R\$39,60	R\$56,22	
TOTAL - GRUPO A	44,20%	R\$828,30	R\$583,44	R\$828,30	

CARGOS TRABALHISTAS - GRUPO B					
B.01 13º Salário	8,333%	R\$156,15	R\$109,95	R\$156,15	
B.02 Férias	10,830%	R\$203,01	R\$142,95	R\$203,01	
TOTAL - GRUPO B	19,16%	R\$359,16	R\$252,90	R\$359,16	



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

TOTAL - ENCARGOS SOCIAIS (R\$)	63,36%	R\$1.187,46	R\$836,34	R\$1.187,46
VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS (R\$)		R\$3.061,46	R\$2.156,34	R\$3.061,46

TARIFA PÚBLICA

Para fins de cálculo da TARIFA PÚBLICA, primeiro calculou-se o custo total mensal do Sistema de Transporte de Pinheiro, e a sua consequente TARIFA DE REMUNERAÇÃO (equilíbrio do contrato). Este valor, uma vez que fosse cobrado integralmente do usuário, tornaria o transporte público inviável (princípio da modicidade tarifária). Assim sendo, estipulou-se o valor de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) para a TARIFA PÚBLICA, e uma complementação, através da subvenção mensal, para que fosse atingido o valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO. A TARIFA PÚBLICA, por sua vez, compõe a remuneração total do sistema de transporte, e é calculada com base no Passageiro Equivalente, isto é, um número que seja o resultado do carregamento dos Passageiros que pagam o valor Integral da Passagem (i), da Meia Passagem (ii) e da Gratuidade (iii). Um veículo que carregou 50 passageiros, sendo 10 estudantes, 10 gratuidades e 35 inteiras, obteve o número de 40 Passageiros Equivalentes. Este número é obtido pela razão entre o faturamento bruto da linha e a tarifa pública cobrada no Sistema de Transporte.

CÁLCULO DA TARIFA PÚBLICA DE PINHEIRO

Considerando uma frota total remunerada de 10 veículos, sendo 8 operantes e 2 reservas, foi calculada uma Quilometragem Programada Mensal de 33.538 km (trinta e três mil, quinhentos e trinta e oito quilômetros), com 1.780 viagens programadas ao longo das linhas. O Custo Total Mensal Calculado é de R\$ 456.874,30 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e trinta centavos). O Carregamento Estipulado de Passageiros Equivalentes é de aproximadamente 40 Passageiros Equivalentes por Viagem, considerando que algumas linhas carregarão mais passageiros equivalentes que outras, e que em alguns horários o carregamento será maior que em outros horários. Ressalta-se, novamente, que este número de Passageiros Equivalentes considera as meias passagens e as gratuidades.

Assim sendo, obtém-se o seguinte cálculo:

(Custo Total Mensal do Sistema / Viagens Totais Mensais do Sistema) / Carregamento de Passageiros Equivalentes Estipulado por viagem

$$(R\$ 456.874,30 : 1.780) : 40 = R\$ 6,41$$

Por critérios de arredondamentos, calcula-se como TARIFA PÚBLICA MÁXIMA de Pinheiro o Valor de R\$ 4, 50 (Quatro reais e cinquenta centavos), e como TARIFA DE REMUNERAÇÃO o valor de R\$ 6,41 (seis reais e quarenta e um centavos).

Considerar-se-á a Proposta Máxima o valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO (R\$ 6,41).



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

Considerar-se-á a Melhor Proposta aquela que contiver o valor do Complemento Tarifário Mensal (Diferença entre a TARIFA DE REMUNERAÇÃO e a TARIFA PÚBLICA) com a aplicação de Desconto por parte da PROPONENTE, que poderá, através de estudos de viabilidade econômica, demonstrado em Proposta, atingir um Complemento Tarifário menor do que o previsto em Edital.

Ressalta-se que o Complemento Tarifário possuirá Valor Fixo Mensal, baseado nos dados de Passageiros Equivalentes demonstrados em Edital, e com previsão legal nos Artigos 39 a 41 da Lei Municipal 2.889/2023, possuindo, para tal, previsão orçamentária municipal. Entretanto, uma vez demonstrado, na execução do Contrato, que o número de carregamento de Passageiros Equivalentes não correspondeu aos estudos, este número deverá ser revisado para cima ou para baixo. A TARIFA DE REMUNERAÇÃO deve possuir sempre o mesmo valor arrecadado quando comparado ao Custo Total do Sistema de Transporte. Se isto não ocorrer, então ou a TARIFA PÚBLICA ou as outras fontes de receita, como subsídios, deverão ser reajustadas, para baixo ou para cima, a fim de que seja mantido o equilíbrio econômico do Contrato.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

Minuta do Contrato de Concessão

PROCESSO Nº ____/2024
CONTRATO Nº ____/202X

CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, POR INTERMÉDIO DA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**, por intermédio da SMTT – SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO, sediada à _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o _____, doravante denominada CONTRATANTE/CONCEDENTE, neste ato representada por seu titular, _____, CPF nº _____ e a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, doravante denominada CONTRATADA/CONCESSIONÁRIA, neste ato representada por seu representante legal, _____, CPF nº _____, têm, entre si, ajustado o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, resultante da licitação na modalidade Concorrência nº 005/2024, formalizada nos autos do Processo Administrativo nº ____/2024, com fundamento no art. 175 da Constituição Federal, a Lei Federal nº 14.133/21 (Lei Geral de Licitações), Lei Federal nº 8.987/1995 (Lei de Concessão de Serviço Público), Lei Federal nº 12.587/2012 (Lei de Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana), Lei Municipal nº 2.889/2023 (Concessão de Serviço Público) e suas respectivas alterações, devendo ser observados os Princípios Gerais do Direito Público, e demais normas pertinentes, bem como as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, aplicando-se as demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a concessão para os serviços de Transporte Coletivo Rodoviário Municipal de passageiros no município de Pinheiro-MA, com vistas à atender a demanda da população e ao interesse público, em conformidade com Projeto Básico que integrou o Edital da Concorrência nº ____/2024, Proposta Técnica e Proposta de Preços da Contratada/Concessionária e demais documentos constantes nos autos do Processo Administrativo nº ____/2024.

1.2 Vinculam-se ao presente Contrato de Concessão, independentemente de transcrição, o Projeto Básico, o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica, o Edital da Concorrência



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

nº ____/2024, a Proposta Técnica e Proposta de Preços da CONTRATADA/CONCESSIONÁRIA, as Notas de Empenho e as Ordens de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA:

- 2.1. O prazo de exploração da concessão será de 30 (trinta) anos, contados a partir da assinatura do Contrato de Concessão, contado de sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município.
- 2.2. O prazo referido poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, obedecido o prazo máximo fixado no art. 8º, § 1º, da Lei Municipal nº 2.889/2023, desde que haja o cumprimento regular, pela CONCESSIONÁRIA, das normas de operação dos serviços.
- 2.3. Os serviços serão iniciados no prazo máximo de até 60 (sessenta dias) dias consecutivos contados da assinatura do Contrato.
- 2.4. O prazo para início de execução dos serviços pode ser prorrogado por igual período mediante justificativa técnica da Concessionária e aprovação pelo Concedente.

CLÁUSULA TERCEIRA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. As despesas decorrentes do presente Contrato poderão ocorrer por conta das seguintes fontes:
 - 3.1.1. TARIFA PÚBLICA, cobrada diretamente dos usuários do transporte público;
 - 3.1.2. COMPLEMENTAÇÃO TARIFÁRIA, com previsão legal nos Artigos 39 a 41 da Lei Municipal 2.889/2023, possuindo, para tal, previsão orçamentária municipal.

CLÁUSULA QUARTA – CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CONCESSÃO

- 4.1. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações técnicas e operacionais previstos na Proposta Técnica e Proposta de Preço da CONTRATADA/CONCESSIONÁRIA, bem como na Lei Municipal nº 2.889/2023, parte integrante do contrato.
- 4.2. A CONCESSIONÁRIA possuirá exclusividade na gestão, administração, operação, manutenção, operação e exploração do TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO EM PINHEIRO.
- 4.3. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar um serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários e em conformidade ao cronograma físico-financeiro de execução das obras vinculadas à Contrato;
- 4.4. Entende-se por serviço adequado, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. Atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos, das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão dos serviços.
- 4.5. O PLANO DE OPERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO EM PINHEIRO deverá ser revisado anualmente, elaborado pela CONCESSIONÁRIA e aprovado pelo Poder Concedente.
- 4.6. Para colocar em funcionamento o sistema de TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO EM PINHEIRO, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar aquisição de veículos, contratar equipes, instalar equipamentos, sistemas e infraestrutura adequada para o seu



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

uso, buscando priorizar a proximidade da garagem de manutenção dos veículos dentro do perímetro urbano do Município, conforme ANEXO II - Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do Sistema de Transporte Coletivo, constante no edital que deu origem a este contrato.

4.7. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a executar os serviços objeto do contrato de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, bem como com rigorosa observância as ordens advindas do Poder Concedente, e as demais ordens e legislações vigentes.

4.8. A CONCESSIONÁRIA deverá estudar e implementar modificações operacionais, administrativas, bem como as obras para melhoria, ou quaisquer outras intervenções, que aumentem a qualidade dos serviços prestados no Transporte Público Coletivo de Passageiros em Pinheiro e encaminhados para análise e aprovação do Poder Concedente.

4.9. Durante os 12 (doze) primeiros meses da prestação do serviço de transporte público coletivo, a CONCESSIONÁRIA utilizará exclusivamente veículos do tipo ônibus.

4.10. Decorridos os 12 (doze) primeiros meses, se a CONCESSIONÁRIA constatar a viabilidade da utilização dos veículos do tipo micro-ônibus, esta deverá expor e comprovar, através de estudos e levantamentos, dados e elementos probatórios suficientes, que atestem e demonstrem, a necessidade e possibilidade de sua utilização, ficando a critério da CONCEDENTE o aceite (ou recusa) da utilização de micro-ônibus no município.

4.11. Fica estabelecida a utilização de 2 (dois) itinerários, nos 2 sentidos (ida e volta) com 21 km na rota 1 e 13 km na rota 2, totalizando 34 km de rotas a serem atendidas, conforme o ANEXO II - (Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do Sistema de Transporte Coletivo) do edital que originou este contrato, com o detalhamento das linhas 1 e 2.

4.12 As demais especificações quanto aos serviços encontram-se contidas na Proposta vencedora, Projeto Básico, Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do Sistema de Transporte Coletivo), Edital que originou este contrato e na Lei Municipal nº 2.889/2023.

CLÁUSULA QUINTA – QUALIDADE DO SERVIÇO

5.1 A Concessionária fica obrigada à prestação de serviço adequado ao pleno atendimento aos usuários, em conformidade com a legislação aplicável, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, conforto, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação, modicidade das tarifas e acessibilidade, além do cumprimento das obrigações previstas no Edital, assim definidos:

- a) Regularidade: a prestação do serviço nas condições estabelecidas no Edital, em seus Anexos, no Contrato de Concessão e nas normas técnicas e regulamentares aplicáveis;
- b) Continuidade: a manutenção, em caráter permanente, da oferta dos serviços;
- c) Eficiência: a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas e regulamentares aplicáveis e em padrões satisfatórios, que busquem, em caráter permanente, a excelência, e que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento dos objetivos e das metas da concessão;
- d) Atualidade: modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e adequação do serviço na medida das necessidades dos usuários;
- e) Generalidade: universalidade da prestação dos serviços, isto é, serviços iguais, sem qualquer discriminação, com presteza, rapidez e segurança para todos os usuários;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

- f) Cortesia na prestação dos serviços: tratamento com urbanidade, respeito, compreensão das especificidades, polidez e conforto para todos os usuários;
- g) Modicidade da tarifa: a justa correlação entre os encargos da Concessionária e a retribuição dos usuários, e
- h) Acessibilidade: facilidade disponibilizada às pessoas, inclusive as com deficiência e/ou mobilidade reduzida, que possibilite autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando-se a legislação em vigor.

5.2 A Concessionária deverá alcançar as seguintes dimensões de qualidade na prestação de seus serviços:

- a) Confiabilidade: capacidade de realizar o serviço prometido de forma confiável e correta;
- b) Presteza: capacidade de prestar o serviço com boa vontade e prontidão;
- c) Segurança: capacidade de o prestador de serviço prestar serviços com confiança através do conhecimento e de forma cortês;
- d) Empatia: cuidados e atenção individualizados aos usuários;

5.3 A Concessionária deverá manter em sua administração um padrão de qualidade dos serviços prestados satisfatórios aos usuários, com ênfase nos seguintes Índices de Qualidade: Assistência aos Usuários, Cumprimento de Horários, Segurança, Limpeza, Instalações Físicas Atrativas e Conforto.



CLÁUSULA SEXTA – COMUNICAÇÕES ENTRE AS PARTES

6.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito do Contrato só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA SÉTIMA -DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

7.1. Os direitos básicos da CONCESSIONÁRIA são todos aqueles previstos em Lei e Contrato, especialmente os referentes ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, à alteração e expansão dos serviços a serem realizados no futuro para garantir a continuidade da prestação dos serviços e atendimento do crescimento da demanda.

7.2. A Concessionária realizará o serviço público de administração e operação do TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS em Pinheiro com base em



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

parâmetros técnicos e operacionais, que assegurem a manutenção dos serviços, garantindo segurança e comodidade aos usuários, estando sujeita à fiscalização direta do Município, obrigando-se a cumprir todos os princípios que regem a Administração Pública.

7.3. Entende-se por serviço adequado, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação. Atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos, das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão dos serviços.

7.4. A CONCESSIONÁRIA se obriga a cumprir todas as obrigações previstas nos artigos 16 e 17 da Lei Municipal nº 2.889/2023, bem como as seguintes determinações contratuais:

- a) prestar os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos, por meio de mão de obra qualificada, e com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, observadas as especificações constantes neste Projeto Básico, na Proposta Técnica e na Proposta de Preços da CONCESSIONÁRIA e na respectiva Ordem de Serviço;
- b) apresentar o PLANO DE OPERAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS EM PINHEIRO -MA para aprovação pelo Poder Concedente, como base a Proposta Técnica apresentada na licitação, observado o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado a partir da assinatura do Contrato de Concessão;
- c) iniciar a operação dos serviços no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data de assinatura do Contrato de Concessão;
- d) refazer ou corrigir os serviços impugnados, no todo ou em parte, conforme análise técnica da Comissão de Fiscalização e aprovação da Equipe de Gestão do Contrato, contado a partir do recebimento da respectiva Notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis;
- e) cumprir normas e procedimentos operacionais, bem como as tabelas de horários e linhas que venham a ser fixadas pelo CONCEDENTE;
- f) garantir o pleno funcionamento dos serviços essenciais ao Transporte Coletivo;
- g) divulgar aos usuários informações sobre créditos tarifários;
- h) realizar os investimentos na forma, prazo e condições previstos no Edital e Anexos;
- i) proibir a interrupção das viagens, salvo em caso fortuito ou de força maior, caso em que a CONCESSIONÁRIA fica obrigada a adotar as providências necessárias e imediatas para garantia, ao usuário, do prosseguimento de sua viagem;
- j) coibir o funcionamento de qualquer aparelho nas áreas ocupadas que produza som ou ruído que possa importunar o usuário do serviço;
- k) estabelecer, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Poder Concedente, os locais e os horários destinados a embarque e desembarque de passageiros;
- l) utilizar veículos que atendam às características técnicas e com idade determinadas no Edital e seus Anexos, em perfeitas condições de uso, segurança e limpeza;
- m) implantar sistema de catraca eletrônica para acesso ao coletivo;
- n) responsabilizar-se pela proteção e preservação dos terminais de integração, quando existentes;



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

- o) encaminhar ao PODER CONCEDENTE, sempre que solicitado, documentação pertinente aos serviços executados no cumprimento do objeto licitado;
- p) apresentar, quando solicitado pelo PODER CONCEDENTE, relatório mensal contendo, no mínimo, as seguintes informações: dados operacionais do transporte público Municipal, sendo: total de passageiros diários do mês anterior, por linha, tipo de dia e por categoria de usuário; notas fiscais da aquisição de combustível e demais insumos; comprovantes dos preços dos chassis e carrocerias; comprovantes de aquisição de pneus e recapagem; comprovante da base salarial da categoria (Dissídio); comprovante de pagamento do SBA e SCO; relação da frota; relatório da quilometragem percorrida; demonstrativo do quadro de funcionários; demonstrativo do passageiro equivalente com todas as receitas; demonstrativo do consumo de diesel dos veículos; demonstrativo do valor do seguro obrigatório por veículo; comprovante de quitação da folha de pagamento do mês corrente; guia do IRRF dos funcionários; guia do ISS a prefeitura; relação dos funcionários admitidos e demitidos no mês; relação dos funcionários afastados por férias, auxílio doença e acidente; relatório com as quantidades de cartões com gratuidades; relatório com o quantitativo de clientes que utilizam o SBA;
- q) apresentar anualmente, até o dia 25 de janeiro do ano subsequente, o Relatório de Avaliação dos Investimentos realizados no sistema de Transporte Coletivo;
- r) propor a cada ano, caso necessário, uma revisão do PLANO DE OPERAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS EM PINHEIRO - MA, levando em consideração a situação do tráfego na região, os tempos efetivos de percurso e as melhorias implantadas no sistema viário, avanços tecnológicos, para análise e aprovação pelo Poder Público Municipal;
- s) relatar ao Poder Concedente toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da vigência do Contrato;
- t) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Poder Concedente ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo ao local dos trabalhos, desde que previamente com agendamento;
- u) designar preposto que atuará como responsável pelo relacionamento administrativo com o Poder Concedente, com autonomia para tomar decisões que impactem no bom andamento dos serviços
- v) apresentar relação com endereço físico, e-mail e celulares, para fins de contato;
- x) comunicar imediatamente qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone e outros dados que forem importantes;
- w) utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- y) cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;
- z) identificar seu pessoal nos atendimentos de execução dos serviços;
- aa) manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's;
- bb) realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados;



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

- cc) responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e de segurança determinadas pela Administração;
- dd) instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e incêndios;
- ee) registrar e controlar diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- ff) responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- gg) arcar com as despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias além de quaisquer outras despesas decorrentes da execução dos serviços;
- hh) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- ii) responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à execução dos serviços, como única e exclusiva empregadora;
- jj) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica;
- kk) Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término;
- ll) Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços descritos no anexo, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades.
- mm) responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
- nn) adotar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos, sendo de sua exclusiva responsabilidade a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas;
- oo) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

- 8.1. Os direitos básicos do CONCEDENTE são todos aqueles previstos em Lei e Contrato, destacando especialmente os referentes à regulamentação, planejamento, fiscalização e aplicação de multas e, como obrigação principal, a de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços durante a vigência da Concessão, através de reajustes ou revisão periódica de tarifas, conforme previsto na minuta do contrato de concessão.
- 8.2 São obrigações do Poder Concedente:





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

- a) Garantir o necessário apoio dos Poderes Públicos à CONCESSIONÁRIA, especialmente quanto à Segurança, Trânsito, Coleta de Lixo e Saúde;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- c) Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;
- d) Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço e a conservação dos bens reversíveis, visando ao atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas em Edital, contrato e anexos;
- e) Aprovar os projetos executivos e acompanhar as instalações e fornecimento de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação, sistema de catraca eletrônica e de monitoramento;
- f) Exercer a fiscalização dos serviços através de seus setores técnicos e administrativos próprios, com o objetivo de assegurar o estrito cumprimento do contrato e a melhor prestação de serviços aos usuários, atendidos os preceitos contidos nos artigos 6º e 7º, ambos da Lei Federal nº 8.987/95;
- g) Intervir na prestação dos serviços, nos casos e condições previstos na Lei Federal nº 8.987/95;
- h) Coibir e suprimir a ação de Transporte Público Coletivo de Passageiro clandestino;
- i) Exercer seu poder de polícia no sentido de impedir, terminante e rigorosamente, a interferência de qualquer atividade que possa prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro da equação inicial a ser pactuada, em especial vedando a ação dos transportadores alternativos que, de alguma forma, fraudem, burlam, ou tentem fraudar ou burlar a destinação básica do TRANSPORTE COLETIVO;
- j) Autorizar o reajuste e proceder à revisão das Tarifas, nos termos e conforme o disposto em contrato;
- k) Repassar a CONCESSIONÁRIA todas as informações necessárias à realização dos serviços que sejam de sua responsabilidade;
- l) Regular o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação.

8.3. Além das obrigações disponíveis neste instrumento, constituem ainda atribuições do PODER CONCEDENTE aquelas dispostas no art. 18 da Lei Municipal nº 2.889/2023, em observância às seguintes alíneas:

- a) planejar o serviço, considerando as alternativas tecnológicas adequadas ao atendimento do interesse público, observando as diretrizes do planejamento urbano e sempre priorizando o Transporte Público Coletivo de Passageiros sobre o individual e o comercial;
- b) controlar, vistoriar e fiscalizar a execução do serviço;
- c) implantar, suprimir e alterar linhas de serviço ou a frota operante de cada linha, desde que não comprometa o equilíbrio econômico - financeiro do sistema e da contratada;
- d) fixar itinerários, pontos de parada, estações de transferência e estações de integração;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

- e) emitir ordens de serviço, portarias, determinações, circulares e normas complementares dando prévio conhecimento às empresas contratadas, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência;
- f) fixar quadros de horários e frotas;
- g) vistoriar e fiscalizar os veículos e demais equipamentos e instalações;
- h) vistoriar e gerir custos e despesas do serviço;
- i) fixar parâmetros, coeficientes e índices da planilha de custos e promover a sua revisão, sempre que necessário;
- j) propor reajustes das tarifas e proceder à revisão dos níveis tarifários;
- k) implantar diferenciação de níveis tarifários, quando as distancias se mostrarem suficientemente grande, entretanto inicialmente os valores serão únicos;
- l) cadastrar as empresas contratadas e seus respectivos veículos;
- m) promover auditorias técnicas e operacionais nas contratadas;
- n) aplicar as penalidades previstas no contrato, nesta Lei e demais legislações pertinentes;
- o) fixar normas para a integração física, quando existirem os Terminais de Integração, ou integração temporal dos serviços;
- p) zelar pela boa qualidade dos serviços;
- q) receber, avaliar e solucionar as solicitações/reclamações enviadas pelos usuários e pelas empresas contratadas;
- r) estimular o aumento da qualidade e produtividade dos serviços prestados;
- s) garantir a preservação do meio ambiente e a conservação energética;
- t) garantir a participação dos usuários para defesa de interesses relativos ao serviço;
- u) fiscalizar, coibir e apreender qualquer tipo de veículo que execute transporte que não tenha sido delegado ou autorizado pelo Poder Concedente, e que não esteja definido no contrato de concessão do serviço;
- v) cumprir e fazer cumprir esta Lei.

8.4 Para o exercício de suas atribuições, o Poder Concedente poderá contratar serviços de terceiros ou firmar convênios.

CLÁUSULA NONA – DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS(TC)

9.1. São direitos dos usuários do Transporte Público Coletivo de Passageiros (TC), conforme da Lei Municipal nº 2.889/2023:

- a) utilizar os cartões específicos do TC como forma de pagamento de passagens do sistema público de Transporte Público Coletivo de Passageiros urbanos de passageiros do Município de Pinheiro e dos demais municípios gerenciados pelo Poder Concedente;
- b) receber, sem custos, a 1ª (primeira) via do cartão do TC quando beneficiários de cartão de transporte gratuidade e do cartão de meia – passagem, conforme as regras definidas pelo Poder Concedente.

9.2. São obrigações dos usuários do TC:

- a) pagar pelos créditos eletrônicos adquiridos para pagamento de passagens do sistema público de Transporte Público Coletivo de Passageiros do Município de Pinheiro;
- b) pagar pela 1ª (primeira) via do cartão emitido por entidades estudantis conveniadas;



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

- c) pagar pela 2ª (segunda) via do cartão de transporte gratuidade e cartão de meia – passagem emitido pelo Poder Concedente;
- d) levar ao conhecimento do Poder Concedente as irregularidades de que tenha ciência, relacionadas ao TC;
- e) preservar os bens vinculados ao TC;
- f) comunicar perda, furto ou roubo de cartão do TC no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

10.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização formada por servidores especialmente designados por Portaria ou pelos respectivos substitutos.

10.2 A Comissão de Fiscalização acompanhará a execução do Contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, bem como anotará no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.3. No caso de ser identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a Comissão de Fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção.

10.4. A Comissão de Fiscalização informará à Equipe de Gestão do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.5. Na hipótese de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a Comissão de Fiscalização comunicará o fato imediatamente à Equipe de Gestão do Contrato.

10.6. É dever da Comissão de Fiscalização comunicar à Equipe de Gestão do Contrato, em tempo hábil, o término da vigência do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10.7. Cabe ainda à Comissão de Fiscalização verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, a Comissão de Fiscalização atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à Equipe de Gestão do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - GESTÃO DO CONTRATO

11.1. A Gestão do Contrato será exercida pela SMTT – Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito de Pinheiro, enquanto responsável pela coordenação das ações ao serviço de transporte público coletivo, e será responsável, dentre outras atribuições, pelo gerenciamento dos serviços, dos custos, e dos prazos, pela análise da manutenção da regularidade da CONTRATADA e por eventuais alterações deste Contrato de Concessão.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

11.2. Em razão da complexidade e do escopo dos serviços, poderá ser designada uma Equipe para realizar a gestão do Contrato, sendo subsidiada pela Comissão de Fiscalização.

11.3. A Equipe de Gestão coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.4. Compete à Equipe de Gestão acompanhar os registros realizados pela Comissão de Fiscalização, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, às autoridades superiores àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.5. A Equipe de Gestão deverá acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no Relatório de Riscos Eventuais.

11.6. Além das atividades acima, ressalta-se as seguintes competências atribuídas à Equipe de Gestão:

- a) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos Fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- b) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- c) elaborar Relatório Final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às seguintes multas moratórias:

- a) multa de 0,01% (um centésimo por cento) ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso na entrega do PLANO DE OPERAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIRO SEM PINHEIRO/MA para aprovação pelo Poder Concedente, que deverá ser elaborado com base na Proposta Técnica apresentada na licitação;
- b) multa de 0,05 % (cinco por cento) ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso no início da operação dos serviços;
- c) multa de 0,01% (um centésimo por cento) ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso no refazimento ou correção dos serviços impugnados,



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

conforme prazos, termos e condições fixados pela Comissão de Fiscalização e aprovados da Equipe de Gestão do Contrato;

d) multa de 0,01% (um centésimo por cento) ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso na entrega do RELATÓRIO MENSAL, observado o prazo de até o 5º dia útil do mês subsequente;

e) multa de 0,01% (um centésimo por cento) ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso na entrega do RELATÓRIO TRIMESTRAL, observado o prazo de até o 5º dia útil do mês subsequente ao referido trimestre;

f) multa de 0,01% (um centésimo por cento) ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso na entrega do RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS, observado o prazo de até 25 de janeiro do ano subsequente.

12.2 As multas moratórias deveram considerar o limite de até 30 (trinta) dias para descumprimento da obrigação.

12.3 O atraso superior ao 30º (trigésimo) dia autoriza o Município de Pinheiro a aplicar outras sanções administrativas, bem como promover a extinção do Contrato de Concessão por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

12.4 Além das multas moratórias a que se refere o item anterior, o Município de Pinheiro, por intermédio da SMTT – Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito de Pinheiro, poderá ainda, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021:

a) advertência escrita;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;

c) suspensão temporária de participar em licitação e assinar contratos com o Município de Pinheiro, pelo prazo de até 02 (dois) anos, a critério da autoridade competente, segundo a natureza e gravidade da falta e/ou penalidades anteriores em caso de reincidência;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.5. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública poderão ser aplicadas à CONCESSIONÁRIA juntamente com a de multa.

12.6. O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município de Pinheiro ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

12.7. Nos casos de inexecução total do Contrato, por culpa exclusiva da CONCESSIONÁRIA, cabe a aplicação da penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração Pública.

12.8. Nos casos de fraude na execução do Contrato cabe a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.9. As multas serão recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados do recebimento da respectiva Notificação



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

12.10. Os processos administrativos formalizados para a aplicação de sanções administrativas poderão ser suspensos, no todo ou em parte, quando as justificativas apresentadas pela CONCESSIONÁRIA forem decorrentes de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, o que deverá ser analisado pela Equipe de Gestão do Contrato de Concessão. Em caso de aprovação, o PODER CONCEDENTE poderá fixar novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – REMUNERAÇÃO, REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE TARIFAS

13.1. A Concessionária será remunerada pelo serviço efetivamente prestado, nos termos estabelecidos na Proposta vencedora e legislação pertinente.

13.2. O reajuste da remuneração da Concessionária será procedido de forma a assegurar a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato, baseada na variação dos índices de custos ou preços relativos aos componentes admitidos pelo Concedente.

13.3. A tarifa contratual será revista pelo Concedente para mais ou para menos, conforme o caso, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos ou encargos legais à exceção dos impostos sobre a renda, modificações nos coeficientes de consumo pela melhoria do itinerário ou decorrente de atualizações tecnológicas, bem como pelas disposições legais ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão na tarifa estabelecida.

13.4. É vedado estabelecer privilégios tarifários, exceto os previstos em Lei.

13.5. A Tarifa de Remuneração, calculada a ser executada no início do Contrato de Concessão, engloba a Tarifa Pública e a complementação tarifária mensal, e corresponde ao equilíbrio contratual.

13.6. A Tarifa de Remuneração será atualizada a cada 12 (doze) meses pelo PODER CONCEDENTE, a partir da data de entrega da Proposta Comercial pela Concessionária, obedecendo, para tal, apenas critérios objetivos.

13.7. Os reajustes da Tarifa de Remuneração, quando da alteração da frota operante ou quilometragem programada, para mais ou para menos, serão determinados através da planilha de custo, nos termos da Planilha Tarifária de Pinheiro, e nos estudos econômicos financeiros apresentados pela Concessionária.

13.8. Quando não ocorrer alteração da frota operante ou quilometragem, a Tarifa de Remuneração será reajustada, também a cada 12 (doze) meses, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

$$RT = 0,44 \times i1 + 0,285 \times i2 + 0,175 \times i3 + 0,1 \times i4$$

Sendo RT = Reajuste da Tarifa;

i1 = a variação percentual da remuneração integral dos trabalhadores;

i2 = a variação percentual do preço do combustível;

i3 = a variação inflacionária taxa SELIC;

i4 = a variação do IPKe (Índice de Passageiros Equivalentes por Km);



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**



13.9. A complementação tarifária além da prevista originalmente, no início do contrato, ocorrerá quando o valor da Tarifa Pública reajustado, e o valor da complementação tarifária mensal não equivalerem ao valor da Tarifa de Remuneração;

13.10. Fica assegurado a CONCESSIONÁRIA o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a ser pactuado por alteração contratual nos termos, da Lei nº 14.133/21, em casos decorrentes de atos de conveniência da administração, em caso, extinção ou acréscimo de rotas, por motivo de integração com outros serviços.

13.11 A condição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada sempre que necessário, nos termos da legislação em vigor, para ajustá-lo tendo como marco temporal a data da Proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA –SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Será permitida a subcontratação dos serviços referentes às funções de operação, desde que com a prévia aceitação do Poder Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – TRANSFERÊNCIA

15.1. Será permitida a Transferência do Contrato de Concessão, desde que cumpridas todas as determinações legais e com a prévia aceitação do Poder Concedente.

15.2. Para obter a anuência do Poder Concedente, o pretendente deverá: a) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e b) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas contratuais, bem como as estipuladas pelo Edital e Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

16.1 A presente concessão poderá ser extinta nas seguintes hipóteses:

- I. Advento do Termo Contratual (prazo);
- II. Encampação, na forma da lei;
- III. Caducidade, na forma da lei, assegurando a CONCESSIONÁRIA o direito de ampla defesa;
- IV. Rescisão, no caso de descumprimento de normas contratuais;
- V. Anulação; e,
- VI. Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA, na forma da lei.

16.2. Extinta a concessão, retornam ao PODER CONCEDENTE todos os bens reversíveis descritos e caracterizados no contrato de concessão, e os que venham apurados quando da presente contratação, e a ser agregados, nestas condições, ao longo da vigência da concessão, direitos e privilégios transferidos à CONCESSIONÁRIA, havendo imediata assunção do objeto da concessão pelo CONCEDENTE.

16.3. Nos casos de extinção da concessão pelo advento do termo contratual ou de encampação, o PODER CONCEDENTE, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que eventualmente possam ser devidas à CONCESSIONÁRIA.

16.4. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis eventualmente ainda não



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

amortizados ou depreciados e que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do objeto da concessão.

16.5. No caso da reversão no advento do termo contratual, 12 (doze) meses antes do termo final previsto para a vigência da concessão será instaurado processo administrativo, no qual estará assegurado a CONCESSIONÁRIA o amplo direito de defesa e o contraditório, promovendo-se os levantamentos e avaliações levando-se em consideração o último Relatório de Avaliação de Investimentos e Controle de Bens Reversíveis e demais relatórios, demonstrações e documentos apresentados pela CONCESSIONÁRIA.

16.6. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do CONCEDENTE a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste Edital e as normas contratuais.

16.7. A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo CONCEDENTE quando:

- I. O objeto da concessão estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da boa qualidade e atualidade dos serviços do TRANSPORTE COLETIVO;
- II. A CONCESSIONÁRIA descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;
- III. A CONCESSIONÁRIA paralisar, injustificadamente, o objeto da concessão em qualquer de suas fases;
- IV. A CONCESSIONÁRIA perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter em adequadas condições no TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS e suas operações;
- V. A CONCESSIONÁRIA não cumprir as penalidades impostas por infrações nos prazos devidos ou não atender as intimações da CONCEDENTE para regularizar o cumprimento do contrato de concessão;
- VI. A CONCESSIONÁRIA não atender a intimação da CONCEDENTE no sentido de regularizar do serviço;
- VII. A CONCESSIONÁRIA for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

16.8. A declaração de caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação de inadimplência da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

16.9. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à respectiva CONCESSIONÁRIA, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

16.10. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do CONCEDENTE independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo, se couber.

16.11. A declaração de caducidade não acarretará qualquer espécie de responsabilidade para o CONCEDENTE em relação a encargos, ônus, obrigações, ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. A rescisão do contrato firmado poderá ocorrer de forma:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

- a) Amigável - por acordo entre as partes, reduzindo a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONCEDENTE;
- b) Administrativa - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no artigo 138 da Lei nº 14.133/21;
- c) Judicial - nos termos da legislação processual.

17.2. A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – ENCERRAMENTO DO CONTRATO

18.1. Ao final do Contrato de Concessão, eventuais bens ou obras públicas obtidas(os) decorrentes da prestação do serviço de transporte público coletivo, serão revertidas(os) ao CONCEDENTE, conforme art. 23, inciso X, da Lei Federal nº 8.987/1995.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – CISÃO, INCORPORAÇÃO OU FUSÃO

19.1. Em havendo a cisão, incorporação ou fusão da CONTRATADA, a aceitação de qualquer uma destas operações ficará condicionada à análise pela CONTRATANTE do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. A CONTRATANTE/CONCEDENTE publicará o resumo do presente Contrato no Diário Oficial do Município de Pinheiro/ MA, obedecendo ao prazo previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA - FORO

21.1 Fica eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca desta Cidade de Pinheiro, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem desta forma ajustados e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo, para que produza os seus reais e jurídicos efeitos.

Pinheiro (MA), de de 2024

CONTRATANTE _____
CONTRATADA _____

TESTEMUNHAS:

1 _____
2 _____



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

PROCESSO Nº 3.124/2024

ANEXO III

Declaração de Pleno Conhecimento do Local e das Condições dos Serviços

A (empresa licitante), por seu(s) Sócio(s) Diretor (es) ou equivalente, Declara que por liberdade própria, **NÃO VISITOU O LOCAL DA OBRA**, mas, mesmo assim tem conhecimento de todas as condições e eventuais dificuldades para a boa execução da obra, como mão-de-obra, materiais de construção, equipamentos, localização, condições do terreno e acessos, trânsito, condições geológicas, morfológicas, edafológicas e climatológicas, assumindo assim todos os riscos dele advindo e que, na hipótese de vencedora, não poderá utilizar esta como justificativa para possíveis pedidos de aditivos contratuais.

Local, data e assinaturas.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

PROCESSO Nº 3.124/2024

ANEXO IV

Modelo de Proposta de Preços

A (empresa licitante), por seu(s) Sócio(s) Diretor (es) ou equivalente, com o intuito de participar da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº ____/2024, cujo objeto é a PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO, POR MEIO DE ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO/MA, VEM APRESENTAR sua Proposta de Preços nas seguintes condições:

TEM	DESCRIÇÃO	QUANT ANOS	QUANT. MÉDIA PASSAG. EQUIV./ MÊS	QUANT. MÉDIA PASSAG. EQUIV./ ANO	VALOR UNITÁRIO TARIFA DE REMUNERAÇÃO (R\$)		VALOR TOTAL 30 (TRINTA) ANOS (R\$)
					PÚBLICA	COM PLE MENTO	
01	CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO, POR MEIO DE ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO/MA	30	71.200	854.400,00			

A presente Proposta de Preços considerou a tarifa pública de R\$ _____ (_____) e ofertou percentual de desconto de _____% (_____ por cento) sobre o valor do complemento máximo previsto no Projeto Básico.

O valor estimado do Contrato de Concessão é de R\$ _____ (_____), correspondente à receita prevista para o Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros em Pinheiro/MA no prazo de 30 (trinta) anos, considerando a tarifa média de referência de R\$ _____ (_____) e quantitativo médio de passageiros/mês de _____ (_____).

DADOS DO RESPONSÁVEL QUE ASSINARÁ O CONTRATO:

Nome completo:

Endereço empresa:

RG nº

CPF nº

Cargo/Função:

Por fim, a _____ (razão social da licitante), por meio de seu Responsável Técnico, **DECLARA:**

a) Que expressamente está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº ____/2024 e seus anexos.

b) Que o prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias consecutivos, a contar da data de abertura das propostas.

Atenciosamente,

Local, data e assinatura



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

PROCESSO Nº 3.124/2024

ANEXO V
Modelo de Declaração Conjunta

Ref.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2024

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a), portador (a) da CI nº e do CPF nº, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1) **Quanto a empregar agentes incapazes ou relativamente incapazes;** consoante o disposto na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze).

2) **Quanto a condição ME/EPP/COOP,** esta empresa está excluída das vedações constantes na Lei Complementar nº. 147/2014 e; na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Lei Complementar nº 147/2014;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Lei Complementar nº 147/2014.

() COOPERATIVA, conforme artigo 34 da Lei Federal nº. 11.488/2007.

() Não é ME/EPP/COOP.

3) **Quanto ao pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação;** que esta empresa atende a todos os requisitos de habilitação, bem como apresenta sua proposta com indicação do objeto e do preço oferecido os quais atendem plenamente ao Edital.

4) **Quanto a inexistência de fato impeditivo de licitar;** que até a presente data nenhum fato ocorreu que a inabilite a participar do TOMADA DE PREÇO em epígrafe, e que contra ela não existe nenhum pedido de falência ou concordata. Declara, outrossim, conhecer na íntegra o Edital e que se submete a todos os seus termos.

5) **Quanto a elaboração independente de proposta:**

a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente,





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

[Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima - Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique o órgão (ou empresa) emissor]





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO

CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 005/2024

PROCESSO Nº 3.124/2024

ANEXO VI

Modelo de Carta Credencial

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO- PMP/MA
PRAÇA JOSÉ SARNEY, 560, CENTRO. PINHEIRO-MA
ATT: COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO – CCL/PMP
REF: CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 005/2024

Prezados Senhores,

A empresa (razão social do licitante) com endereço na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº _____ vem pelo seu representante legal infra-assinado, credenciar o(a) Sr.(a) _____ portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____ para participar da **CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 005/2024** cujo objeto trata de **prestação de serviços para _____** em conformidade com o projeto básico padrão – **ANEXO I** – que integra este Ato Convocatório deste **Edital**, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome de empresa _____ em qualquer fase da Licitação, bem como requerer, concordar, interpor e desistir de Recursos, enfim, praticar todos os atos inerentes ao certame licitatório.

Local, data e assinatura.

(nome da empresa e do seu representante legal, com a devida identificação)